



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

TRIBUNAL
DE CONTAS
DO ESTADO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

3º TRIMESTRE 2023

JULHO | AGOSTO | SETEMBRO

PRESIDENTE

Cons. José Ribamar Trindade de Oliveira

PROCURADOR TITULAR DA 1ª CÂMARA

Dr. Sérgio Cunha Mendonça

VICE-PRESIDENTE

Cons. Valmir Gomes Ribeiro

PROCURADOR TITULAR DA 2ª CÂMARA

Dr. João Izidro de Melo Neto

CORREGEDORA

Consª. Dulcinéa Benício de Araújo

DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luíz Gustavo Maia Guilherme

OUVIDOR

Cons. Antônio Cristovão Correia de Messias

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Ana Cristina Ferreira de Araújo

DIRETORA DA ESCOLA DE CONTAS

Consª. Naluh Maria Lima Gouveia

INSPETORES GERAIS DE CONTROLE EXTERNO

Raymson Ribeiro Bragado

Kelly Christine Fontenele Gouveia

Lívia Santiago de Melo Arruda

Luciana de Oliveira Melo

Carlos Paulo Faial Werklaenhg

Maria Letícia da Silva Lima

PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA

Cons. Antônio Fernando Jorge Ribeiro de Carvalho Malheiro

PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Cons. Ronald Polanco Ribeiro

CONTROLADORA INTERNA

Lucivete Almada Barbosa Leite Lima

CONSELHEIRA SUBSTITUTA

Consª. Subs. Maria de Jesus Carvalho de Souza

INFORMAÇÕES

Telefone: (68) 3025-2068

E-mail: controleinterno@tceac.tc.br,

Sítio: www.tceac.tc.br

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

PROCURADORA-CHEFE

Drª. Anna Helena de Azevedo Lima Simão

PROCURADOR-CHEFE-ADJUNTO E CORREGEDOR

Dr. Mario Sérgio Neri de Oliveira

APRESENTAÇÃO

Tenho satisfação de apresentar o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Acre, pertinente ao 3º trimestre de 2023, conforme previsto no art. 61, §4º, da Constituição Estadual, com fulcro no art. 107 da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, retratando a atuação do Tribunal no exercício do controle externo, bem como, as iniciativas mais relevantes implementadas no âmbito administrativo.

Desde o início de 2023, o TCE/AC, no exercício de suas competências, desenvolveu ações orientadoras junto aos gestores públicos, incrementando sua atuação didático-pedagógica, no sentido de prevenir as ocorrências de situações contrárias às leis e/ou danosas ao erário público.

As ações desenvolvidas no controle prévio das licitações realizadas pelo Estado e Municípios, proporcionam a redução dos preços e orçamentos estimados, evitando a realização de gastos indevidos e a posterior devolução de valores aos cofres públicos, dessa forma, esta Corte de Contas, já foi capaz de evitar o desperdício, até a presente data, de R\$ 85.865.510,07 (oitenta e cinco milhões oitocentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e dez reais e sete centavos), em verbas públicas.

Nesse 3º trimestre, assim como nos anteriores, destacam-se os investimentos em capacitação e qualificação do quadro de pessoal, as iniciativas em proporcionar aos jurisdicionados informações técnicas de qualidade, aperfeiçoadas com a finalidade de proporcionar um melhor atendimento às demandas dos gestores de recursos públicos e da sociedade em geral.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

As informações e dados que integram o presente Relatório compreendem o esforço realizado pelos diversos segmentos institucionais desta Corte de Contas Estadual com vistas a tornar efetivas as ações iniciadas no exercício de 2023.

Dessa forma, o TCE-AC pretende cumprir, com excelência e foco na garantia do bem comum e do interesse público, a sua missão institucional, consolidando-se como instituição que orienta, fiscaliza a gestão dos recursos públicos no interesse da sociedade e, ainda, promove o aprimoramento da gestão pública, a ampliação da transparência e o controle social.

Rio Branco-Acre, 20 de outubro de 2023.

Cons. José Ribamar Trindade de Oliveira
Cons. Presidente do TCE/Acre (Biênio 2023-2024)

SUMÁRIO

1. O TRIBUNAL, COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO	6
2. A ESTRUTURA DO TRIBUNAL	7
2.1. Tribunal Pleno e seus membros	8
2.2. Conselheiros Substitutos	8
2.3. Ministério Público de Contas	8
2.4. Corregedoria	9
2.5. Ouvidoria	9
2.6. As Câmaras	10
2.7. Secretaria das Sessões	11
2.8. Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária	11
2.9. Diretoria de Administração e Finanças	12
2.10. Escola de Contas	12
2.11. Controle Interno	13
3. ATIVIDADES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ACRE NO TRIMESTRE	14
3.1. Atividades da Secretaria das Sessões	14
3.2. Atividades do Gabinete da Conselheira-Substituta	29
3.3. Atividades do Ministério Público de Contas	30
3.4. Atividades da Corregedoria	32
3.5. Atividades da Ouvidoria	34
3.6. Atividades da Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária – DAFO	39
3.7. Atividades da Diretoria de Administração e Finanças – DAF	61
3.8. Atividades da Escola de Contas	74
3.9. Atividades do Controle Interno	93

1. O TRIBUNAL, COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Acre, criado por meio da Emenda Constitucional nº 17, de 15 de setembro de 1989, norteia-se pelos valores da ética, efetividade, independência, transparência, credibilidade e compromisso profissional na vigilância, fiscalização e julgamento da coisa pública.

Tem como Missão “exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social”, e como Visão “ser uma instituição de referência na fiscalização, orientação e acompanhamento da gestão pública”.

Como determina o art. 61 da Constituição do Estado do Acre, ao Tribunal de Contas do Estado, compete a atribuição de fiscalizar e julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da Administração direta e indireta, inclusive das fundações, empresas públicas, autarquias e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público estadual, além das contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade que resulte prejuízo à Fazenda Estadual.

Em conformidade com o Parágrafo Único do artigo supracitado, qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores públicos ou pelos quais o Estado responda ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária, prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado do Acre.

O Tribunal de Contas do Estado auxilia o Poder Legislativo no controle externo dos recursos públicos, e é o órgão responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e de seus Municípios. Tem sede na cidade de Rio Branco, capital do Estado, com jurisdição em todo o território estadual conforme dispõe o art. 1º da Lei Complementar nº 38 de 27 de dezembro de 1993 e art. 63 da Constituição do Estado do Acre.

Destarte, a seguir, nos quadros 1 e 2, estão relacionadas algumas relevantes considerações da Constituição Estadual e de Leis específicas a respeito das atividades realizadas pela Corte de Contas do Estado do Acre.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Quadro 1 – Competências do TCE/AC conferidas pela Constituição Estadual.

• <i>Apreciar as contas anuais prestadas pelo governador do Estado (art. 61, I).</i>
• <i>Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos (art. 61, II).</i>
• <i>Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões (art. 61, III).</i>
• <i>Realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação da Assembleia Legislativa (art. 61, IV).</i>
• <i>Fiscalizar a aplicação de recursos do Estado repassados aos Municípios (art. 61, V).</i>
• <i>Prestar informações à Assembleia Legislativa sobre fiscalizações realizadas (art. 61, VI).</i>
• <i>Aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos (art. 61, VII, VIII e X).</i>
• <i>Sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa (art. 61, IX).</i>
• <i>Apreciar as contas anuais prestadas pelos prefeitos Municipais (art. 61, XI).</i>
• <i>Fiscalizar os cálculos das cotas do ICMS devidas aos Municípios (art. 61, XII).</i>
• <i>Emitir pronunciamento conclusivo, por solicitação da Assembleia Legislativa, sobre despesas realizadas sem autorização (art. 62, § 1º).</i>
• <i>Apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos públicos Estadual e/ou Municipais (art. 64, § 2º).</i>

Quadro 02 – Competências do TCE/AC conferidas por leis específicas.

• <i>Decidir sobre consulta formulada a respeito de dúvida na aplicação de dispositivos legais e regulamentares (Lei Complementar Estadual nº 38, de 1993 – art. 37, VII).</i>
• <i>Decidir sobre representação acerca de irregularidade em processo licitatório (Lei Federal nº 8.666, de 1993 – art. 113, § 1º).</i>
• <i>Elaborar pareceres prévios das contas prestadas pelo governador do Estado e pelos chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo chefe do Ministério Público Estadual (Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 – LRF, art. 56).</i>
• <i>Fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 – LRF – art. 59).</i>
• <i>Processar e julgar infrações administrativas contra as leis de finanças públicas (Lei nº 10.028, de 2000 – art. 5, § 2º).</i>

2. A ESTRUTURA DO TRIBUNAL

Integram a organização do Tribunal de Contas o órgão deliberativo, formado pelo Plenário, Corpo Deliberativo e as Câmaras; os órgãos de administração superior, composto pela Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria; os órgãos especiais, constituídos pela Ouvidoria e Escola de Contas; o Corpo Especial ordenado pelos Auditores; o Ministério Público de Contas; o Corpo Técnico, composto pelos órgãos da Auditoria Financeira e Orçamentária; e, o Corpo de Apoio Operacional, organizado pelos Órgãos de Administração e Finanças.

2.1. Tribunal Pleno e seus membros

O Tribunal de Contas do Estado do Acre tem quadro próprio e independência administrativa e financeira. É um órgão colegiado, cujas deliberações são tomadas pelo Tribunal Pleno. A este compete, entre outras atribuições, a emissão de parecer prévio sobre as contas do Governador e dos demais Administradores e responsáveis por recursos públicos. O Tribunal Pleno é constituído por sete Conselheiros, sendo presidido por um dos Conselheiros.

Os Conselheiros do Tribunal de Contas são escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, que apresentam notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos, e de administração pública, com mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional. Dois são escolhidos pelo Governador, precedida a nomeação de aprovação da Assembleia Legislativa; e os demais são de escolha da Assembleia Legislativa.

2.2. Conselheiros Substitutos

A Corte de Contas do Acre é composta ainda, pelo quadro de Conselheiros substitutos, onde, atualmente, apenas 01 (uma) vaga encontra-se em atividade. Aos Conselheiros substitutos compete, dentre outras atribuições, a emissão de parecer nos processos relativos a concessão e revisão de aposentadorias, reformas, pensões e acúmulo de cargos públicos, hipóteses dispostas no § 9º, do art. 64, do Regimento Interno, além de substituir os Conselheiros nas suas faltas e impedimentos.

2.3. Ministério Público de Contas

Atua, junto ao Tribunal de Contas, o Ministério Público de Contas, composto por um quadro de quatro Procuradores, sendo um Procurador-Chefe. Competente ao MPE a

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

fiscalização da correta aplicação da lei, devendo intervir, obrigatoriamente, em todos os processos de competência jurisdicional do Tribunal de Contas.

Nas Sessões de Julgamento, é obrigatória a presença do representante do Ministério Público de Contas.

2.4. Corregedoria

A Corregedoria do Tribunal de Contas do Acre foi instituída para a fiscalização, orientação e disciplina processual, com atuação na área de jurisdição do TCE/AC. A função de corregedor é exercida por um dos Conselheiros, eleitos pelo Tribunal Pleno, nos termos do inciso II do artigo 37, da Lei Complementar nº 38, de 27 de dezembro de 1993.

Compete ao Corregedor, entre outras atribuições, o zelo pela correta aplicação da Lei Orgânica e do Regimento Interno do Tribunal e demais instruções normativas ou administrativas baixadas pela Corregedoria e pelo Tribunal. A Corregedoria do Tribunal de Contas do Estado do Acre exerce suas funções conforme as competências estabelecidas nos Art. 16, 17, 18 e 19 da Resolução-TCE/AC nº 30, de 28 de novembro de 1996 (Regimento Interno do TCE-AC).

2.5. Ouvidoria

Instituída pela Lei Complementar nº 192, de 31 de dezembro de 2008, que alterou e acresceu dispositivos à Lei Complementar nº 38/1993, a Ouvidoria integra a Organização do Tribunal de Contas do Estado do Acre como órgão especial, e é o canal direto entre a Egrégia Corte de Contas e o cidadão.

Por meio da Resolução-TCE/AC nº 68, de 02 de dezembro de 2010, foram estabelecidas normas para o funcionamento da Ouvidoria. Através do art. 1º desta Resolução, observa-se que a Ouvidoria tem por objetivo contribuir para melhoria da gestão pública dos órgãos e entidades jurisdicionados do Tribunal.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Art. 1º A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Acre é o canal de comunicação entre a Instituição e a sociedade e tem por objetivo contribuir para melhoria da gestão pública dos órgãos e entidades a ele jurisdicionados, devendo atuar na defesa dos princípios constitucionais inerentes à Administração Pública, face os atos administrativos praticados por autoridades, servidores funcionários e administradores públicos. (grifamos)

A Ouvidoria é dirigida pelo Conselheiro Ouvidor, e dentre outras atribuições, compete à ela promover a coparticipação da sociedade na missão de controlar a administração pública, garantindo maior transparência, eficiência e visibilidade das ações do Tribunal.

São canais de contato com a Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Acre:

- E-mail ouvidoria@tceac.tc.br;
- Formulário de comunicação no site <https://tceac.tc.br/institucional/ouvidoria/>
- Carta endereçada à Av. Ceará, n. 2994, CEP 69.918-111 – Rio Branco – Acre;
- Telefones (68) 3025-2089 e 0800-600-2080 (ligação gratuita);
- Visita *in loco* a sede do Tribunal, de segunda a sexta-feira, das 7 às 13h

2.6. As Câmaras

As Câmaras são órgãos deliberativos do Tribunal de Contas instituídas pela Lei Complementar nº 192, de 31 de dezembro de 2008. Em número de duas, cada Câmara será constituída por três membros, incluído seu Presidente, e dois de seus membros, serão escolhidos por sorteio, realizado na última sessão ordinária do Tribunal Pleno, para vigor no ano seguinte.

O art. 3º-A, §§3 e 4, destaca a competência de cada uma das Câmaras:

§3º Compete à Primeira Câmara decidir sobre processos pertinentes à fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial dos municípios, incluídas as entidades da administração indireta municipal, além das demais atribuições fixadas no regimento Interno.

§4º Compete à Segunda Câmara, além das atribuições fixadas no Regimento Interno, instituir e examinar a legalidade de atos e procedimentos licitatórios, de modo especial dos editais, das atas de julgamento e dos contratos celebrados pelo Estado

e pelos Municípios, bem como dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação e, com parecer conclusivo, submete-lo à decisão plenária.

As Câmaras serão presididas uma pelo Vice-Presidente e a outra pelo Conselheiro mais antigo que a integrar, e junto à ambas integra um Procurador do Ministério Público de Contas.

2.7. Secretaria das Sessões

A Secretaria das Sessões organiza as diversas matérias que devem ser apreciadas ou julgadas, sob a forma de processos. Nas atividades do Plenário, em Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Especiais e Solenes, assessora o Presidente e demais membros. Elabora e controla publicações de decisões, papeletas de julgamento, acórdãos, pareceres prévios, resoluções, averbações, registro e autuação de processos, distribuição de processos, prazos processuais (mandados, notificações, alertas), arquivamento de processos, emissão de certidões e outros.

2.8. Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária

A função de Controle Externo da administração contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos jurisdicionados, é exercida pelo Tribunal, por meio da Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária – DAFO. Esta se desdobra em seis Inspetorias Gerais de Controle Externo – IGCE's, que atuam em áreas específicas de controle, como segue:

- **Primeira Inspetoria Geral de Controle Externo, 1ª IGCE** – Destinada a atuar no Controle Externo de órgãos da administração direta e indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações) dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no âmbito estadual, incluindo o Ministério Público do Estado do Acre - MPE e o Tribunal de Contas do Estado do Acre - TCE;
- **Segunda Inspetoria Geral de Controle Externo, 2ª IGCE** - Destinada a atuar no Controle Externo de órgãos da administração direta e indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações) dos Poderes Executivo e Legislativo no âmbito municipal;

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

- **Terceira Inspeção Geral de Controle Externo, 3ª IGCE** - Destinada a atuar no Controle Externo relativo a políticas públicas socioambientais (especificamente nas áreas de educação, saúde, segurança pública, políticas sociais e ambientais);
- **Quarta Inspeção Geral de Controle Externo, 4ª IGCE** - Destinada a atuar no Controle Externo dos atos de admissão, aposentadorias, reformas e pensões dos servidores públicos estaduais e municipais;
- **Quinta Inspeção Geral de Controle Externo, 5ª IGCE** - Destinada a atuar no Controle Externo das informações estratégicas, consultas, denúncias e recursos;
- **Sexta Inspeção Geral de Controle Externo, 6ª IGCE** - Destinada a atuar no Controle Externo relativo à licitações, contratos e compras públicas, Parcerias Público Privadas - PPP, consórcios públicos e convênios.

As IGCE's têm a seu cargo o exame das demonstrações contábeis das unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; a instrução dos processos de julgamento da regularidade das contas dos Administradores e demais responsáveis, aposentadorias e demais atos de pessoal, bem como a realização das inspeções e auditorias julgadas necessárias, em conformidade com a legislação em vigor.

2.9. Diretoria de Administração e Finanças

As funções de natureza administrativa, bem como as de natureza orçamentária e financeira, necessárias ao funcionamento e manutenção do Tribunal de Contas, são exercidas pela Diretoria de Administração e Finanças - DAF, que se desdobra na Divisão do Setor Financeiro, Divisão de Recursos Humanos e Divisão de Serviços Administrativos.

2.10. Escola de Contas

Por meio da Resolução-TCE/AC nº 51, de 19 de fevereiro de 2004, foi criada a Escola de Contas "Conselheiro Alcides Dutra de Lima", diretamente vinculada à Presidência da Corte,

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

destinada, a promover o desenvolvimento profissional dos Membros e servidores do Tribunal de Contas.

Desta forma, compete a Escola de Contas, dentre outras atribuições, a promoção de cursos de formação e de aperfeiçoamento profissional, com atividades de treinamento e desenvolvimento técnico nas áreas de atuação do Tribunal de Contas, a capacitação de servidores e agentes da Administração Pública, conforme necessário.

2.11. Controle Interno

A Resolução TCE/AC nº 71, de 10 de maio de 2012, criou a Unidade de Controle Interno no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Acre, vinculada à Presidência, instituída para o assessoramento ao Presidente na supervisão da correta gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado do Acre, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

O art. 3º da Resolução supracitada destaca que o Controle Interno é responsável pela implantação de métodos e práticas operacionais a serem empregadas por todas as demais unidades que compõem a estrutura do Tribunal, de forma a enfrentar os riscos e fornecer razoável segurança de que os objetivos e metas da instituição serão atingidos, observando-se os princípios da legalidade, legitimidade, eficácia, eficiência e economicidade.

3. ATIVIDADES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ACRE NO TRIMESTRE

3.1. Atividades da Secretaria das Sessões

A Secretaria das Sessões desenvolve as atividades que consistem no assessoramento ao Presidente da Corte e aos membros do Plenário, bem como Secretariar as Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Especiais e Solenes, além da elaboração e controle das publicações de Decisões, Papeletas de Julgamento, Acórdãos, Pareceres Prévios, Resoluções, Averbações, Registro e Autuação de Processos, Distribuição de Processos, Prazos Processuais (Mandados, Notificações, Alertas), Instrução Processual (juntada de defesas), Arquivamento de Processos e emissão de Certidões e outros procedimentos cartorários designados à mesma.

O presente Relatório de atividades cumpre a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado nº 03/2015, que em seu anexo único indica os prazos de envio do relatório das atividades trimestrais e anuais.

DO RELATÓRIO

Visando melhor visualização demonstramos os quantitativos de atividades e procedimentos realizados no 3º trimestre 2023 exposto em quadros.

Quadro 1 – Quantidade de Sessões Realizadas

SESSÕES	QTD.
Ordinária (Pleno)	12
1ª Câmara	3
2ª Câmara	4
Total	19

Quadro 2 – Quantidade de Publicações

ATOS	QTD.
-------------	-------------

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Ato publicado	0
Acórdãos (Pleno)	167
Parecer Prévio	4
Republicados por incorreção	4
Acórdãos (1ª Câmara)	183
Republicados por incorreção	0
Acórdãos (2ª Câmara)	79
Republicados por incorreção	0
Decisão Cautelar	0
Assento regimental	0
Ata administrativa	0
Instrução Normativa	0
Parecer Prévio	0
Acordos de Cooperação Técnica	0
Resolução	0
Termo de posse	0
Total	437

Quadro 3 – Pleno: Processos Incluídos na Pauta de Julgamento

ASSUNTO	QTD.
Análise de concorrência	0
Análise de documentação	2
Aposentadorias	33
Apurar a legalidade	2
Acompanhamento	0
Apurar possíveis irregularidades	0

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Apurar responsabilidade	8
Auditoria	7
Consulta	7
Contrato	1
Denúncia	17
Embargo de Declaração	18
Inspeção	49
Investigar possíveis acúmulos ilegais	0
Investigar a Concessão	0
levantamento	2
Pedido de reexame	1
Pedido de revisão	12
Prestação de Contas da Administração Estadual Direta/Indireta e/ou Fundos Estadual/Municipal	41
Prestação de Contas da Assembleia Legislativa	1
Prestação de Contas da Polícia Civil	0
Prestação de Contas da Controladoria	0
Prestação de Contas da Defensoria	0
Prestação de Contas do Corpo de Bombeiros	0
Prestação de Contas do TCE/AC	1
Prestação de Contas do Governo	0
Prestação de Contas de Câmara	11
Prestação de Contas de Prefeituras	6
Prestação de Contas da PMAC	0
Prestação de Contas do Gab. Militar	0
Prestação de Contas do ACREPREVIDÊNCIA	0
Prestação de Contas do Ministério Público Estadual	2

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Prestação de Contas do Tribunal de Contas	1
Prestação de Contas do Vice-Governador	0
Prestação do SECOM	0
Prestação da Casa Civil	0
Proposta de assento regimental	0
Proposta de Instrução Normativa	0
Proposta de Resolução	1
Recurso	41
Relatório de atividades do Tribunal de Contas do Estado do Acre	1
Representação	11
Reserva Remunerada	0
Resolução de Resolução	0
Solicita Cooperação	0
Solicita Esclarecimentos	0
Tomada de Contas	8
Solicita Vistoria	1
Verificação o cumprimento da Lei	0
Total	285

Quadro 4 – Pleno: Processos Retirados da Pauta de Julgamento

ASSUNTO	QTD.
Análise de concorrência	0
Análise de documentação	0
Aposentadorias	11
Apurar Legalidade	0
Apurar responsabilidade	1

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Auditoria	3
Consulta	0
Denúncia	2
Embargo de Declaração	4
Inspeção	11
Investigar a Concessão	0
Pedido de Revisão	3
Pedido de Reexame	0
Prestação de Contas da Assembleia Legislativa	1
Prestação de Contas Câmara	1
Prestação de Contas da Administração Estadual Direta/Indireta e/ou Fundos Estadual/Municipal	7
Prestação de Contas de Prefeitura Municipal	0
Prestação de Contas do Acreprevidência	0
Prestação de Contas do M.P.Estadual	1
Prestação de Contas da Prefeitura	3
Prestação de Contas do Vice-Governador	0
Prestação da Polícia Militar	0
Recurso	11
Representação	3
Rel. Atividades do TCE/AC	0
Solicita Vistoria	1
Prestação de Contas do TCE/AC	0
Prestação de Contas do Corpo de Bombeiros	0
Reserva remunerada	0
Tomada de Contas	3
Verificar o cumprimento da Lei	0

Total	66
--------------	-----------

Quadro 5 – Pleno: Processos com Pedido de Vista

ASSUNTO	QTD.
Auditoria	1
Apurar Responsabilidade	0
Consulta	0
Inspeção	1
Pedido de Revisão	1
Prestação de Contas do Gabinete Militar	0
Prestação de Contas da Prefeitura	1
Prestação de Contas da Câmara	3
Prestação de Contas da Assembleia Legislativa	1
Prestação de Contas da Administração Estadual Direta/Indireta e/ou Fundos Estadual/Municipal	4
Recurso	2
Representação	1
Tomada de Contas	0
Verificar o cumprimento da Lei	0
Total	15

Quadro 6 – Pleno: Processos Transformando o Julgamento em Diligência

ASSUNTO	QTD.
----------------	-------------

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

-	0
Total	0

Quadro 7 – Pleno: Processos Apreciados/Julgados

ASSUNTO	QTD.
Acompanhamento da execução do contrato	0
Análise de Concorrência	0
Apurar legalidade	2
Análise de Documentação	2
Aposentadoria	22
Apurar possíveis irregularidades	0
Apurar Responsabilidade	7
Auditoria	3
Averiguar possíveis irregularidades	0
Contrato	1
Consulta	7
Denúncia	15
Embargos de Declaração	14
Investigar possíveis acúmulos ilegais	0
Investigar Concessão	0
Inspeção	37
Levantamento	2
Pedido de Reexame	1
Pedido de Revisão	8
Prestação de Contas da Administração Estadual Direta/Indireta e/ou Fundos Estadual/Municipal	30

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Prestação de Contas da Assembleia Legislativa	0
Prestação de Contas da Controladoria	0
Prestação de Contas da Polícia Civil	0
Prestação de Contas da Casa Civil	0
Prestação de Contas da Corpo de Bombeiros	0
Prestação de Contas de Câmara	7
Prestação de Contas de Prefeituras	2
Prestação de Contas do Acreprevidência	0
Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Acre	0
Prestação de Contas do Gabinete Militar	0
Prestação de Contas da Polícia Militar	0
Prestação de Contas do Governo	0
Prestação de Contas de apoio ao Escritório em Brasília	0
Prestação de Contas do Defensoria Pública	0
Prestação de Contas do M.P.Estadual	1
Prestação de Contas do TCE/AC	1
Proposta de instrução normativa	0
Proposta de Resolução	1
Recurso	28
Relatório Trimestral de Atividades do TCE/AC	1
Representação	7
Reserva Remunerada	0
Solicitar Esclarecimentos	0
Solicita Cooperação	0
Solicita Vistoria	0
Tomada de Contas	5
Verificação o cumprimento da Lei	0

Total	204
--------------	------------

Quadro 8 – 1ª Câmara: Processos Incluídos na Pauta de Julgamento

ASSUNTO	QTD.
Aposentadoria	169
Apurar responsabilidade	4
Pensão Especial	0
Reforma	0
Reserva Remunerada	0
Processo Eletrônico - Relatório de Gestão Fiscal de Câmara	0
Pedido de reexame	0
Total	173

Quadro 9 – 1ª Câmara: Processos Retirados da Pauta de Julgamento

ASSUNTO	QTD.
Aposentadoria	15
Apurar Responsabilidade	0
Pedido de Reexame	0
Total	15

Quadro 10 – 1ª Câmara: Processos com Pedido de Vista

ASSUNTO	QTD.
-	0

Quadro 11 – 1ª Câmara: Processos Transformando o Julgamento em Diligência

ASSUNTO	QTD.
-	0
Total	0

Quadro 12 – 1ª Câmara: Processos Apreciados/Julgados

ASSUNTO	QTD.
Aposentadoria	154
Apurar responsabilidade	4
Pensão Especial	0
Reforma	0
Reserva Remunerada	0
Processo Eletrônico – Relatório de Gestão Fiscal da Câmara	0
Total	158

Quadro 13 – 2ª Câmara: Incluídos na Pauta de Julgamento

ASSUNTO	QTD.
Aposentadorias	124
Apurar responsabilidade	7
Pensão por morte	0
Reforma – Reserva Remunerada	0
Relatório de Gestão de Câmara	0
Relatório de Gestão de Prefeitura	0
Relatório de Gestão Fiscal de Governo	0
Relatório Resumido	0

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Inspeção	1
Total	132

Quadro 14 – 2ª Câmara: Processos Retirados da Pauta de Julgamento

ASSUNTO	QTD.
Aposentadorias	7
Apurar Responsabilidade	3
Inspeção	1
Total	11

Quadro 15 – 2ª Câmara: Processos com Pedido de Vista

ASSUNTO	QTD.
–	00

Quadro 16 – 2ª Câmara: Processos Transformando o Julgamento em Diligência

ASSUNTO	QTD.
–	00
Total	00

Quadro 17 – 2ª Câmara: Processos Apreciados/Julgados

ASSUNTO	QTD.
Aposentadoria	117
Apurar responsabilidade	4
Pensão por morte	0

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Relatório Resumido	0
Relatório de Gestão de Câmara	0
Relatório de Gestão de Prefeitura	0
Relatório de Gestão Fiscal de Governo	0
Reserva remunerada	0
Inspeção	0
Total	121

Quadro 18 – REGISTRO E AUTUAÇÃO – Processos Registrados, Autuados e Distribuídos

ASSUNTO	QTD.
ADMINISTRATIVO – Proposta de Normativo	0
APURAR RESPONSABILIDADE – Apuração de Responsabilidade	3
ACOMPANHAMENTO – Ações Governamentais	0
CONSULTA, DENÚNCIA E REPRESENTAÇÃO – Consulta	6
CONSULTA, DENÚNCIA E REPRESENTAÇÃO – Representação	1
CONSULTA, DENÚNCIA E REPRESENTAÇÃO – Denúncia	9
INSPEÇÃO – Contrato	8
INSPEÇÃO - Convênios	1
3INSPEÇÃO – Licitação	2
INSPEÇÃO – Atos de pessoas	3
INSPEÇÃO – Verificação	0
LEVANTAMENTO – Diagnóstico	0
RECURSOS – Embargos de Declaração	12
RECURSOS – Recurso de Reconsideração	20
RECURSOS – Pedido de Revisão	7
PRESTAÇÃO DE CONTAS – Relatório de Atividades	1

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PRESTAÇÃO DE CONTAS – Relatório de Gestão Fiscal	0
TOMADA DE CONTAS – De Exercício ou Gestão	6
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	3
PRESTAÇÃO DE CONTAS – Prestação de Contas Anual	152
ATOS DE REGISTRO DE APOSENTADORIA, RESERVA E REFORMA – Reserva	8
ATOS DE REGISTRO DE APOSENTADORIA, RESERVA E REFORMA – Voluntária	0
ATOS DE REGISTRO DE APOSENTADORIA, RESERVA E REFORMA – Compulsória	5
ATOS DE REGISTRO DE APOSENTADORIA, RESERVA E REFORMA – Reforma	2
ATOS DE REGISTRO DE APOSENTADORIA, RESERVA E REFORMA - Por idade	5
ATOS DE REGISTRO DE APOSENTADORIA, RESERVA E REFORMA – Pensão Civil	104
ATOS DE REGISTRO DE APOSENTADORIA, RESERVA E REFORMA – Militar	9
ATOS DE REGISTRO DE APOSENTADORIA, RESERVA E REFORMA - Invalidez	17
ATOS DE REGISTRO DE APOSENTADORIA, RESERVA E REFORMA – Voluntária Especial Integral por tempo de Contribuição	12
ATOS DE REGISTRO DE APOSENTADORIA, RESERVA E REFORMA – Voluntária Especial por tempo de Contribuição	68
ATOS DE REGISTRO DE APOSENTADORIA, RESERVA E REFORMA – Voluntária Integral por tempo de Contribuição	15
ATOS DE REGISTRO DE APOSENTADORIA, RESERVA E REFORMA – Voluntária tempo de Contribuição	220
Total	699

Quadro 19 – REGISTRO E AUTUAÇÃO – Processos Físicos Reatuados Eletronicamente

ASSUNTO	QTD.
–	00
Total	00

Quadro 20 – Comunicações Processuais

ASSUNTO	QTD.
Citações Eletrônicas (antes do julgamento publicadas no D.E.C)	55
Notificações Eletrônicas (antes do julgamento publicadas no D.E.C)	20
Intimações Eletrônicas (antes do julgamento publicada no D.E.C.)	2
Citação por Edital (antes do julgamento publicada no D.O.E)	0
Notificações por Edital (antes do julgamento publicada no D.O.E)	0
Citações por Aviso de Recebimento (antes do julgamento, com destinatário (a) fora do Estado do Acre)	0
Notificações por Aviso de Recebimento (antes do julgamento, com destinatário (a) fora do Estado do Acre)	0
Citações por Oficial de Diligência (antes do Julgamento)	3
Notificações por Oficial de Diligência (antes do Julgamento)	4
Intimações por Oficial de Diligência (antes do Julgamento)	5
Decisão Cautelar	1
Notificações Eletrônicas de (decisão plenária publicadas no D.E.C)	218
Notificações por Oficial de Diligência (decisão plenária)	35
Notificações por Edital (decisão plenária publicadas no D.O.E)	2
Notificação por AR	2
Ofícios de cadastro	0
Total	347

Quadro 21 – Processos com Certidão

TIPO	QTD.
Certidões de Trânsito em julgado	153

Certidões no e-Juris	139
Certidão de arquivamento	178
Encaminhamentos	14
Ofícios	98
Total	582

Quadro 22 – Processos Arquivados

TIPO	QTD.
Processos eletrônicos	649
Processos físicos	0
Total	649

Quadro 23 – Processos de Aposentadoria

ATIVIDADE/TIPO DE DOCUMENTO	QTD
Notificação ao ACREPREVIDÊNCIA e RBPREV	440
Processos para Registro – Encaminhamento para 4ª IGCE	4.734
Notificação do(a) Aposentado(a) por edital	0
Certidão de Trânsito em Julgado	2.358
Certidão no e-Juris	3.079
Certidão de Arquivamento	578
Ofícios	2.917
Total	14.106

3.2. Atividades do Gabinete da Conselheira-Substituta

Trata do Relatório de Atividades, referente ao **3º Trimestre de 2023**, do Gabinete da Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza, com competências definidas no Capítulo III, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993.

Abaixo listamos as atividades desenvolvidas no trimestre pelo Gabinete:

Participação da Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza, conforme dispõe o art. 19, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, como **Membro** nas **Sessões Ordinárias da 1ª Câmara** relatando ao todo **53 (cinquenta e três)** processos de Aposentadoria, conforme a seguir:

Nº da Sessão	Data	Observações
111ª	12.07.2023	Submetendo 27 (vinte e sete) processos à julgamento.
112ª	09.08.2023	Submetendo 17 (dezesete) processos à julgamento.
113ª	27.09.2023	Submetendo 09 (nove) processos à julgamento.

Convocação da Conselheira-Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza, conforme dispõe o art. 17, III, da Lei Complementar nº. 38/1993, como **Membro-Substituto** nas **Sessões Ordinárias da 1ª Câmara**, conforme a seguir:

Nº da Sessão	Data	Observações
111ª	12.07.2023	Votando em todos os processos face a <u>ausência</u> , justificada, do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Antonio Cristóvão Correia de Messias.
112ª	09.08.2023	Votando em todos os processos face a <u>ausência</u> , justificada, do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Antonio Cristóvão Correia de Messias.

Fruição de férias regulares, referente ao Exercício de 2021, da Auditora de Controle Externo Nucineide Celestino de Lima, no período de 1º a 30 de agosto de 2023;

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Implementação de regime de trabalho remoto (*home office*), a partir de 21 de agosto de 2023, a todos os servidores lotados no Gabinete da Conselheira-Substituta, em virtude de obras de reforma, readequação e modernização da Corte de Contas, conforme dispõe a Portaria TCE/AC nº 354/2023;

Fruição de 21 (vinte e um) dias de férias regulares, referente ao Exercício de 2021, do Auditor de Controle Externo Antonio Oliveira Neto, no período de 11 de setembro a 1º de outubro de 2023;

Fruição de 05 (cinco) dias de férias regulares, referente ao Exercício de 2023, da Agente de Controle Externo Silvana Carneiro Martins de Souza, no período de 18 a 22 de setembro de 2023.

3.3. Atividades do Ministério Público de Contas

O Ministério Público de Contas junto ao TCE/AC está estruturado com quatro procuradores: Anna Helena de Azevedo Lima (procuradora-chefe para o biênio 2022/2023), Mario Sérgio Neri de Oliveira (procurador-chefe-adjunto e corregedor), Sérgio Cunha Mendonça (representante do MPC na 1ª Câmara) e João Izidro de Melo Neto (representante do MPC na 2ª Câmara). No trimestre em referência, fiscalizou a correta aplicação da lei, intervindo em todos os processos submetidos ao Tribunal de Contas e compareceu a todas as sessões desta Corte, participando dos debates, cumprindo fielmente as atividades de sua competência, previstas nos artigos 21 e 23 da Lei Complementar Estadual nº 38/93.

No aludido período, tramitaram neste parquet 308 (trezentos e oito) processos diversos e foram emitidos, ainda, 421 (quatrocentos e vinte e um) pronunciamentos em processos destinados a julgamento ou apreciação pelo Tribunal, conforme demonstrado no consolidado trimestral anexo.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

TERCEIRO TRIMESTRE DE 2023

Natureza	ENTRADA			SAÍDA			TOTAL	
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set	Entrada	Saída
ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO FISCAL	13	4	2	5	9	6	19	20
ADMINISTRATIVOS							0	0
APLICAÇÃO DE MULTA							0	0
APOSENTADORIAS	86	12	75	103	24	59	173	186
APURAR RESPONSABILIDADE	4			10	1	10	4	21
AUDITORIAS	1			2	3		1	5
CONSULTAS	4	1		3	1	4	5	8
CONTRATOS	7						7	0
DENÚNCIAS	6	4	3	10	2	12	13	24
INSPEÇÕES	4	1	3	9	4	10	8	23
LICITAÇÕES	1	1					2	0
MPC - PEDIDO DE REVISÃO							0	0
MPC - REPRESENTAÇÃO							0	0
CE - PETIÇÃO							0	0
PEDIDO DE REVISÃO	2			3		2	2	5
PENSÕES	15	1		11	7	5	16	23
PRESTAÇÕES DE CONTAS	11	2	4	5	10	15	17	30
RECURSO DE REEXAME							0	0
RECURSO EMBARGO DE DECLARAÇÃO	5	1		3		6	6	9
RECURSO DO MPC - RECONSIDERAÇÃO							0	0
RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO	9	8	8	21	15	14	25	50
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL							0	0
RELATÓRIO E ATIVIDADE DO TCE		1		1	1		1	2
REPRESENTAÇÃO	1		1	4	2		2	6
RESOLUÇÃO	1			1			1	1
TOMADA DE CONTAS	5		1	3		5	6	8
Total Geral	175	36	97	194	79	148	308	421

Fonte: MPC – AC.

3.4. Atividades da Corregedoria

A Corregedoria do Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCEAC, em observância aos princípios da transparência e da publicidade e em cumprimento ao que estabelece o disposto no Regimento Interno da Corregedoria, apresenta o Relatório das atividades desenvolvidas no terceiro trimestre de 2023.

Este órgão de correição é integrante da administração superior do Tribunal de Contas do Estado do Acre, conforme previsto no art. 2º da Lei Complementar Estadual n. 38/93 e a função de corregedor é exercida por um dos Conselheiros, eleito pelo Tribunal Pleno nos termos do art. 37, inciso II, da referida Lei.

De acordo com o art. 16 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, a Corregedoria é encarregada de orientar e fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros e servidores da Corte, bem como avaliar os resultados das atividades dos demais órgãos da administração e dos órgãos auxiliares da atividade funcional. Suas competências estão expressas no art. 3ª-C da Lei Complementar Estadual n. 38/93 e no art. 4º do Regimento Interno da Corregedoria, instituído pelo Assento Regimental n. 5/2016.

Atualmente a Corregedoria é presidida pela Conselheira Dulcinéa Benício de Araújo, eleita para biênio 2023/2024.

Nos meses de julho a setembro de 2023, a Corregedoria realizou as seguintes atividades:

- 1ª Correição Ordinária na Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária – DAFO, mediante a Portaria n. 7/2023, publicada no Diário Eletrônico de Contas n. 2023, p. 32/32, em 05 de abril de 2023 (Processo SEI nº 999999.001205/2023-90), tendo sido realizadas reuniões com o respectivo Diretor e Inspetores para delimitar o objeto da correição, no sentido de avaliar três pontos: a) identificar o estoque de processos em tramitação na DAFO e o critério de seletividade para análise dos procedimentos de controle externo; b) identificar o tempo de tramitação dos

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

feitos em cada Inspeção, levando em consideração o recorte descrito na alínea anterior; e c) promover o diagnóstico da estrutura de trabalho (física e material), pessoal, procedimentos e rotinas, visando apresentar contribuições para aquela importante Unidade Técnica;

- 1ª mostra de fotográfica “O meio Ambiente é da Nossa Conta”, realizado no dia 05 de setembro em comemoração do dia da Amazônia; Realização por parte da Corregedoria, para estabelecer a importância do meio ambiente, representando assim a fauna e a flora;
- instauração de sindicância com intuito de investigação prévia (Processo SEI nº 999999.002285/2023-09) a Portaria n.12 de 2023. Seguida instauração de sindicância com natureza punitiva, conforma a Portaria n.15 de 2023, em fase de conclusão do relatório da comissão sindicante.
- Realização de Procedimento Administrativo com intuito de analisar e investigar a violação do Princípio das Segregações das Funções.
- participação da Corregedoria no ENCCO 2023 em Natal, com a assinatura da Carta de Compromisso, representando o Tribunal de Contas do Estado- AC. Segue em anexo (Processo SEI nº 999999.002772/2023-63).
- participação da Corregedoria no Seminário Nacional de Processo Administrativo realizado em Foz do Iguaçu;
- acompanhamento da movimentação dos processos que tramitam na Corregedoria;

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

- acompanhamento do procedimento investigativo prévio, conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria Corregedoria n. 01/2023;
- acompanhamento diário das publicações no Diário Eletrônico de Contas do TCEAC;
- alimentação da página da Corregedoria no sítio do TCEAC;
- distribuição de documentos recebidos na Corregedoria;
- acompanhamento da tramitação de ações diretas de inconstitucionalidade – ADI's,
- para os fins previstos no art. 4º, XIV, do Regimento Interno desta Corregedoria.

3.5. Atividades da Ouvidoria

Compete à Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Acre receber da população reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações de informações, conforme estabelecido pelas Leis nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, (Lei de Acesso à Informação), nº 13.460, de 26 de junho de 2017, (Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público) e Resolução TCE/AC nº 68, de 2 de dezembro de 2010, referentes a serviços públicos prestados pelos governos estaduais e municipais, no âmbito dessa unidade federativa, bem como sobre atos e procedimentos de agentes públicos, e, encaminhá-los aos setores competentes, para correta e adequada resposta aos demandantes.

Essa pequena exposição apresenta, os resultados das atividades técnicas e administrativas da Ouvidoria no 3º trimestre do ano de 2023.

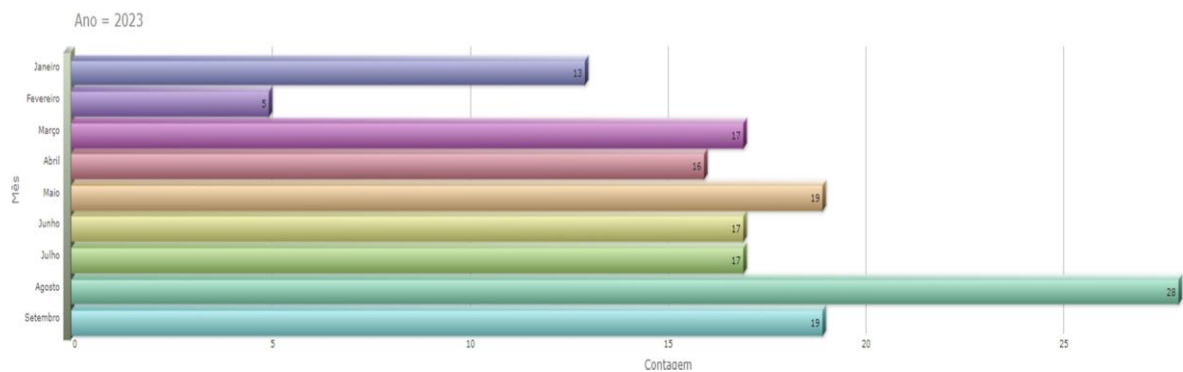
Resultados das atividades técnicas e administrativas da Ouvidoria – 3º Trimestre de 2023

A Ouvidoria disponibiliza as informações estatísticas sobre as atividades do setor com todos os resultados acessíveis e expostos no “site”:

Fonte: <http://corporativo.tce.ac.gov.br/ouvidoria/menu/>

Foram registradas 64 manifestações, no 3º trimestre deste ano no link.

Consultas Via Site :: Quantidade (Ano/Mês/Categoria)



Recorte mensal de manifestações no link:

- Julho: 17
- Agosto: 28
- Setembro: 19

Total: manifestações

Recorte detalhado das manifestações no link:

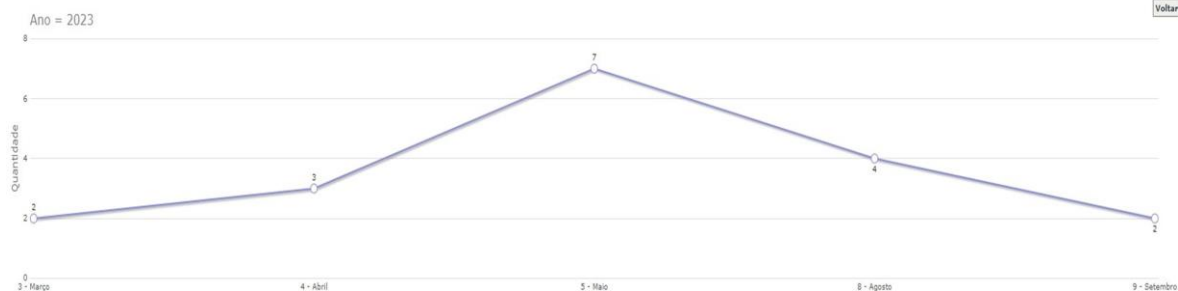
Atendimento Ano	Denúncia	Solicitação de Informação	Sugestão	Reclamação	Total
--------------------	----------	------------------------------	----------	------------	-------

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Julho	15	02			17
Agosto	26	01		01	28
Setembro	13	05		01	19
Total Geral	54	08		02	64

Portal da Transparência

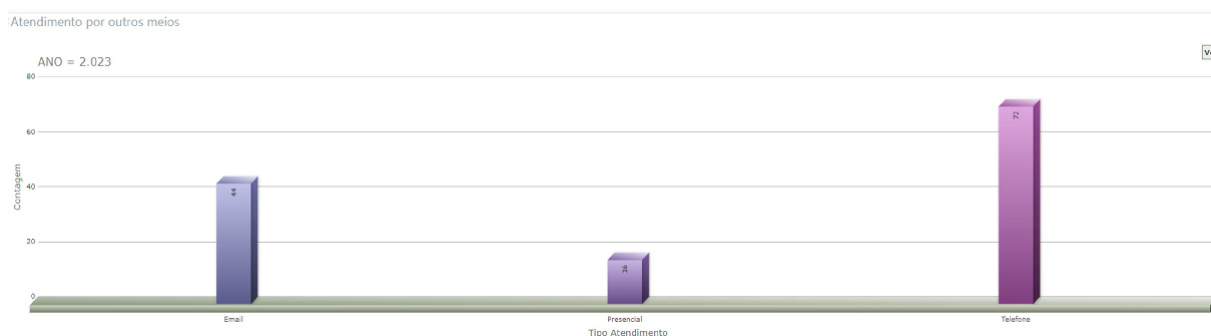
SIC :: Pedidos Efetuados Via Portal da Transparência :: Quantidade



Foram contabilizados, de Julho a Setembro deste ano, 08 pedidos de acesso à informação, com base na Lei nº 12.527/2011, recebidos por meio do Portal da Transparência, conforme gráfico acima.

Comparativo dos atendimentos das manifestações mensais efetuadas por outros meios.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.



A Ouvidoria, no desempenho de suas atividades, também recebe manifestações através dos atendimentos via e-mails, presencial e telefônico.

Atendimento Ano	Atendimento Mês	E-mail	Presencial	Telefone	Total
2023	Julho	08	03	06	17
	Agosto	09		09	18
	Setembro	03	02	03	08
Total Geral		20	05	18	43

Fonte: <http://www.tce.ac.gov.br/institucional/ouvidoria/estatisticas/>

Detalhamento de todas as manifestações realizadas no link, Portal da **Transparência** e outros meios:

Atendimento Ano	Denúncia	Solicitação de Informação	Reclamação	Elogio	Sugestão	Total
Julho	15	02				17
Agosto	26	01	01			28

Setembro	13	05	01			19
Total Geral						64

Outras atividades e Parcerias:

- Ouvidoria recebeu no dia 04 de agosto de 2023, servidores da Controladoria Geral da União – CGU, do Estado do Acre, Humberto Balthard e Nilberto Nilson Mendes, para uma conversa informal, a fim de estabelecer parceria entre os entes. Em momento oportuno, será formalizada entre a Presidência desta Corte de Contas e o representante legal da Controladoria Geral da União – CGU, do Estado no Acre.
- Ouvidoria disponibilizou material gráfico “folders” para o Programa Aprimora Gestão – TCE Itinerante, elaborado pela Escola de Contas Conselheiro Alcides Dutra de Lima.
- Ouvidoria participou do Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias dos Tribunais de Contas – ENCCO, que aconteceu em Natal/RN, no período de 11 a 13 de setembro de 2023.
- Conselheiro Ouvidor, Antonio Cristovão Correia de Messias, visitou no mês de julho, a Ouvidoria do Tribunal de Contas do Município – TCM, do Estado do Rio de Janeiro.
- Conselheiro Ouvidor, Antonio Cristovão Correia de Messias, participou da reunião onde é membro do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa em Brasília, no mês de setembro.

Observa-se, por meio dos dados aqui apresentados, que a Ouvidoria recebeu um total de 64 (**Sessenta e quatro manifestações**), oriundas de manifestações realizados pelos cidadãos, no 3º trimestre deste ano, sendo 54 (Cinquenta e quatro) denúncias, relacionadas às comissões de licitação e às práticas viciosas de irregularidades, principalmente quanto a editais e publicações no LICON e no “site” das Prefeituras e 08 (oito) solicitações de informações, 02 (duas) reclamações, e 28 (vinte e oito) solicitações por “WhatsApp” e 0800.

Ao finalizar esse trabalho, ressaltamos os trabalhos integrados da rede de cooperação interna, especialmente a DAFO, CPD, Secretaria das Sessões, Comunicação.

Salientamos, que devido a reforma geral na sede desta Corte de Contas, a Ouvidoria deixou de receber manifestações/reclamações e outros em decorrência do sistema ter ficado com instabilidade por um certo período, o qual foi comunicado pela Assessoria de Comunicação nas redes sociais.

3.6. Atividades da Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária – DAFO

A Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária - DAFO tem por finalidade coordenar projetos, supervisionar as atividades inerentes às ações de controle externo e orientar o desdobramento de diretrizes, bem como acompanhar os resultados obtidos e avaliar os impactos ocorridos no âmbito das unidades técnicas (inspetorias e demais grupos de trabalho), observados os planos institucionais do Tribunal.

Em cumprimento ao que dispõe o § 1º do artigo 1º da Instrução Normativa nº 03 de 02 de fevereiro de 2015, apresentamos o Relatório Trimestral de Atividades - 3º Trimestre de 2023.

Reuniões Técnicas

No decorrer do 3º Trimestre foram realizadas reuniões para tratar dos seguintes assuntos:

Tabela 01 – Reuniões Técnicas realizadas no 3º Trimestre

Data	Assunto
11/08/2023	Reunião com os Inspectores para avaliação dos resultados do 2º trimestre
15/08/2023	Reunião com servidores da DTI, para apresentação do Balanço Orçamentário no AUDIT

Ações Desenvolvidas

O Tribunal de Contas do Estado desenvolve ações de assessoramento, acompanhamento da despesa, instrução aos seus jurisdicionados, dentre outras atividades descritas na Tabela 02.

Tabela 02 – Ações Desenvolvidas no 3º Trimestre

Ações Desenvolvidas na DAFO	Demanda
1. Assessoramentos aos nossos jurisdicionados municipais e estaduais em relação aos diversos temas.	Permanente
2. Acompanhamento e atualização de informações relacionadas às áreas referentes às atividades-fim do TCE-AC, veiculadas em meios de comunicação, informativos e em sítios institucionais.	Permanente
3. Acompanhamento da despesa de pessoal dos entes da Administração Pública Estadual e Municipal.	Permanente
4. Acompanhamento das decisões proferidas pelo Plenário com determinação para à DAFO.	Permanente
5. Levantamentos dos dados constantes no Sistema SICAP.	Permanente
Ações Desenvolvidas na DAFO	Demanda (Qtd.)
6. Solicitação para abertura de processos de diversas naturezas para dar andamento aos trabalhos realizados pela DAFO.	25
7. Demandas oriundas da Ouvidoria para posicionamento junto a DAFO (Respondidas no trimestre).	40
8. Auditorias/inspeções/visitas técnicas junto aos jurisdicionados.	35

Atividades de Controle Externo

Com relação às atividades típicas do controle externo, o Tribunal de Contas atua com observância às competências conferidas constitucionalmente e norteado, sobretudo, pela missão de garantir à sociedade a melhor aplicação dos recursos públicos, sem descuidar de seu papel social de orientar os gestores para que cada ato de gestão seja coerente com os princípios da administração pública, que concorrem para o alcance do bem comum.

O objetivo é instruir o maior número de processos possíveis no mais curto espaço de tempo sem, contudo, perdermos de vista a qualidade de nossas instruções.

Para que o nosso objetivo seja concretizado a Equipe da DAFO estipulou as Metas constante do Plano de Trabalho de cada Inspeção, as quais passarão a ser avaliadas no próximo trimestre.

O universo regular de jurisdicionados do TCE/AC compreende os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, órgãos da administração direta, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundos jurisdicionados, conforme quantitativo a seguir:

Tabela 03 – Quantidade de unidades jurisdicionadas do TCE/AC, no 3º Trimestre de 2023

Órgãos Estaduais	Quantidade
Administração Direta (Poderes, Secretarias e Fundos)	66
Administração Indireta (Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Economia Mista)	37
Órgãos Municipais	Quantidade
Prefeituras Municipais	22
Câmaras Municipais	22
Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Economia Mista e Fundos Municipais	36
TOTAL	183

Fonte: Inspeções Gerais de Controle Externo.

A execução de serviços técnico-fiscalizatórios, atividade fim do TCE/AC, é atribuída à Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária - DAFO, compondo-se a estrutura

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

administrativa de seis Inspetorias Geral de Controle Externo juntamente com mais um grupo de trabalho (GAICE).

Às Inspetorias compete o exame das demonstrações contábeis das unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, a instrução dos processos de julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis, apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, reserva remunerada e pensão, fiscalizando igualmente a legalidade das despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive sua adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, fiscalizar também os programas, projetos e atividades relacionadas a obras e serviços de engenharia, bem como, a realização das inspeções julgadas necessárias pelo Tribunal de Contas.

A diversidade e a abrangência de atuação do TCE/AC têm por fim assegurar eficiência, eficácia e economicidade na administração e aplicação dos recursos públicos; evitar desvios, perdas e desperdícios; garantir o cumprimento das normas técnicas, administrativas e legais; identificar erros, fraudes e seus agentes; preservar a integridade patrimonial e propiciar informações para a tomada de decisões.



Desempenho Geral

O 3º trimestre se iniciou com **4.016** (quatro mil e dezesseis) processos no estoque da DAFO, restando um estoque ao final do trimestre de **7.462** (sete mil, quatrocentos e sessenta e dois) processos, distribuídos entres as Inspetorias. Deste total, **6.771** (seis mil, setecentos e setenta e um) são da 4ª IGCE, representando **90,74%** do estoque da DAFO, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 04: Estoque de Processo na DAFO por Inspetoria

INSPETORIAS	SALDO INICAL	SALDO FINAL
1ª IGCE	243	306
2ª IGCE	179	208
3ª IGCE	2	4
4ª IGCE	3.422	6.771
5ª IGCE	149	151
6ª IGCE	21	22

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

GAICE	-	-
TOTAL GERAL	4.016	7.462

Fonte: Sistema de Processo Eletrônico

Nota 1: O aumento expressivo no saldo final do estoque processual da 4ª IGCE, que por consequência impacta no total geral da DAFO, se deu em razão do acúmulo na Secretaria das Sessões de processos para registro de aposentadoria. No 3º trimestre, foram encaminhados à referida IGCE, 4.734 desse tipo de processo e a saída foi de 1.686, no período.

Composição Processual

Pelos dados da tabela a seguir é possível verificar os ingressos e as saídas¹ de processos na DAFO no presente trimestre.

Tabela 05: Fluxo processual do 3º Trimestre de 2023 - DAFO

INSPETORIAS	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		TOTAL	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída
1ª IGCE	89	6	6	12	4	18	99	36
2ª IGCE	82	21	6	18	9	29	97	68
3ª IGCE	-	-	-	-	2	-	2	-
4ª IGCE	1.262	85	3.447	128	501	1.648	5.210	1.861
5ª IGCE	21	16	18	20	15	16	54	52
6ª IGCE	10	13	8	6	13	11	31	30
TOTAL	1.464	141	3.483	184	544	1.722	5.491	2.047

Fonte: Sistema de Processo Eletrônico e Relatórios do 3º trimestre das IGCE's

Tabela 06: Comparativo do Fluxo Processual do 3º Trimestre de 2022/2023

INSPETORIAS	TOTAL DO 3º TRI de 2022 ²		TOTAL DO 3º TRI de 2023		Δ% Saídas
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	
1ª IGCE	41	54	99	36	-33,33
2ª IGCE	85	130	97	68	-47,69
3ª IGCE	35	37	-	2	-94,59
4ª IGCE	835	730	5.210	1.861	154,93
5ª IGCE	19	12	54	52	333,33
6ª IGCE	29	32	31	30	-6,25

¹ Decorrentes de instrução processual

² Retirado do Relatório de Atividades da DAFO 3º Trimestre 2022.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

TOTAL	1.044	995	5.491	2.049	105,93
--------------	--------------	------------	--------------	--------------	---------------

Registra-se que em razão da alteração nas competências da 3ª e 5ª IGCE's, decorrentes da LCE nº 414/2022, em janeiro/2023 os processos foram redistribuídos para as IGCE's em conformidade com as competências definidas. Portanto, os resultados apresentados não são adequados para avaliação das IGCE's mencionadas, pois os processos e a forma de atuação dos setores são diferentes nos períodos comparados.

Pelos dados da tabela a seguir é possível verificar os tipos de processos no estoque da DAFO.

Tabela 07: Estoque de Processo na DAFO por TIPO

TIPO DE PROCESSO	1ª IGCE	2ª IGCE	3ª IGCE	4ª IGCE	5ª IGCE	6ª IGCE	GAICE	TOTAL
ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL	1	12	-	-	-	-	-	13
APOSENTADORIA-RESERVA-REFORMA-PENSÃO	-	-	-	3.612	-	-	-	3.612
APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	3	4	-	7	-	1	-	15
AUDITORIA	11	8	-	1	1	-	-	21
CONSULTA, DENÚNCIA, REPRESENTAÇÃO	2	-	-	3	10	5	-	20
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	-	-	-	-	24	-	-	24
CONTRATOS/INSPEÇÃO	32	8	1	-	94	15	-	150
CONVÊNIOS	1	-	-	-	-	1	-	2
PEDIDO DE REEXAME	-	-	-	-	-	-	-	-
PEDIDO DE REVISÃO	-	-	-	1	6	-	-	6
PRESTAÇÃO DE CONTAS	231	118	-	-	-	-	-	349
RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO	-	-	-	-	14	-	-	14
REGISTRO DE APOSENTADORIA/PENSÃO	-	-	-	3.096	-	-	-	3.096
RESOLUÇÃO Nº 119/2020	-	-	-	-	-	-	-	-
TOMADAS DE CONTAS ESPECIAL	9	20	-	-	2	-	-	31

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

APURAÇÃO DE CÁLCULO	1	23	-	-	-	-	-	24
AÇÕES GOVERNAMENTAIS	1	-	-	-	-	-	-	1
VERIFICAÇÃO	3	2	-	-	-	-	-	5
ATOS DE PESSOAL	6	4	-	51	-	-	-	61
DIAGNÓSTICO	-	-	3	-	-	-	-	3
TOMADAS DE CONTAS	5	9	-	-	-	-	-	14
TOTAL GERAL	306	208	4	6.771	151	22	-	7.462

Fonte: Sistema de Processo Eletrônico.

Produtividade das Inspetorias

Atualmente 88 auditores estão lotados na DAFO, incluindo os seis inspetores, no entanto, apenas 69 atuam diretamente na instrução processual, e são efetivamente considerados na produtividade da DAFO, dentre os quais, 05 auditores encontravam-se de férias/licença por período igual ou superior a 15 dias. Temos ainda 03 auditores desempenhando atividades no GAICE, 04 auditores, incluindo este Diretor, desempenham as atividades na Diretoria da DAFO e outros 03 que estão afastados ou executando outras atividades deste Tribunal, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 08: Total de Servidores na DAFO

SETOR	Auditores lotados na DAFO	Auditores no efetivo exercício da instrução processual	Auditores de férias/licença por período superior a 15 dias	Auditores afastados do TCE/AC	Auditores realizando atividades fora da IGCE	Estagiários	Outros servidores (não auditores)
1ª IGCE	19	18	-	-	-	01	01
2ª IGCE	20	19	01	-	-	01	-
3ª IGCE	10	09	04	-	-	-	-
4ª IGCE	11	10	-	01 ³	01 ⁴	01	-
5ª IGCE	10	09	-	-	01 ⁵	-	-
6ª IGCE	14	04	-	-	-	01	-

³ O servidor Fernando Daniel está afastado por Decisão Judicial – Prorrogação Cautelar Inominada Criminal nº 87 DF;

⁴ A servidora Janette Lebre foi designada para trabalhar na Secretaria das Sessões a partir de 28/08;

⁵ A servidora Luma Silva foi cedida para o MPC por 31 dias e depois foi designada para trabalhar na Secretaria das Sessões.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

GAICE	-	-	-	-	-	-	-
DIRETORIA DA DAFO	04	-	-	-	-	-	02
TOTAL	88	69	05	01	02	04	03

Fonte: Sistema de Processo Eletrônico.

PRIMEIRA INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO – 1ª IGCE

É de competência da Primeira Inspeção Geral de Controle Externo às ações relativas aos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta Estadual (Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações), além dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas, nos termos da LCE nº 414/2022, perfazendo o total de 103 Instituições.

Fluxo Processual

A Tabela 9 demonstra o Resumo dos Processos que tramitaram na Primeira Inspeção Geral de Controle Externo – 1ª IGCE, detalhados por assunto, segundo as entradas e saídas nos julho, agosto e setembro de 2023, como segue:

Tabela 09 – Estoque de processos na 1ª IGCE

CLASSE	SALDO ANTERIOR	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		TOTAL CONSOLIDADO		SALDO ATUAL
		ENT	SAI	ENT	SAI	ENT	SAI	ENT	SAI	
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	166	84	4	4	10	3	12	91	26	231
TOMADA DE CONTAS DE EXERCÍCIO OU GESTÃO	2	3	0	0	0	0	0	3	0	5

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

AUDITORIA OPERACIONAL	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
CONTRATOS	31	0	0	1	0	0	0	1	0	32
CONVÊNIOS	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ATOS DE PESSOAS	3	1	0	1	0	1	0	3	0	6
DENÚNCIA	2	0	1	0	0	0	0	0	1	1
REPRESENTAÇÃO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
AUDITORIA DE CONFORMIDADE	9	0	0	0	0	0	0	0	0	9
APURAR RESPONSABILIDADE	2	1	0	0	0	0	0	1	0	3
APURAÇÃO DE CÁLCULO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
AÇÕES GOVERNAMENTAIS	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
VERIFICAÇÃO	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	9	0	0	0	0	0	0	0	0	9
ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL	10	0	1	0	2	0	6	0	9	1
TOTAL	243	89	6	6	12	4	18	99	36	306

Fonte: Sistema de Processo Eletrônico.

A 1ª IGCE iniciou o 3º trimestre com **243** processos em estoque. Nesse período entraram 99 processos para análise e saíram 36. Do total das saídas, 30 representam a produtividade dos Auditores (Instrução Processual) e 06 são decorrentes de tramitação sem análise, apresentando um estoque ao final do trimestre de **306** processos, conforme tabela 09.

SEGUNDA INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO – 2ª IGCE

A Segunda Inspeção Geral de Controle Externo tem competência sobre os Poderes Legislativo e Executivo Municipais do Estado do Acre, num total de 80 Órgãos/Entidades, sendo: 22 Prefeituras; 22 Câmaras; e 36 Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Economia Mista e Fundos Municipais.

Fluxo Processual

A Tabela 10 demonstra o Resumo dos Processos que tramitaram na Segunda Inspeção Geral de Controle Externo – 2ª IGCE, referente aos meses de julho, agosto e setembro de 2023, detalhados por assunto, como segue:

Tabela 10 – Estoque de processos na 2ª IGCE

ASSUNTO	SALDO ANTERIOR	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		TOTAL		SALDO ATUAL
		ENT	SAI	ENT	SAI	ENT	SAI	ENT	SAI	
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	59	75	8	2	4	6	12	83	24	118
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXEC. ORÇAMENTÁRIA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOMADA DE CONTAS DE EXERCÍCIO OU GESTÃO	8	4	1	1	1	0	2	5	4	9
RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LICITAÇÃO	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1
CONTRATOS	13	1	1	0	3	0	3	1	7	7
ATOS DE PESSOAS	4	0	0	1	1	0	0	1	1	4
DENÚNCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AUDITORIA DE CONFORMIDADE	8	0	0	0	0	0	0	0	0	8
APURAR RESPONSABILIDADE	6	1	2	0	0	0	1	1	3	4
APURAÇÃO DE CÁLCULO	25	0	0	0	1	0	1	0	2	23
VERIFICAÇÃO	4	0	1	0	1	0	0	0	2	2
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	23	1	2	2	2	2	4	5	8	20
ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL	28	0	6	0	5	0	6	0	17	11
TOTAL	179	82	21	6	18	9	29	97	68	208

Fonte: Sistema de Processo Eletrônico.

A 2ª IGCE iniciou o trimestre com **179** processos em estoque, nesse período entraram 97 processos para análise e saíram **68**. Do total das saídas, 66 representam a produtividade dos Auditores (Instrução Processual) e 2 são decorrentes de tramitação sem análise, apresentando um estoque de **208** processos, conforme tabela 10.

TERCEIRA INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO – 3ª IGCE

A 3ª IGCE é responsável pela fiscalização das Políticas Públicas socioambientais (especificamente nas áreas de educação, saúde, segurança pública, políticas sociais e ambientais), conforme estabelecido no art. 34, inciso III da Lei Complementar nº 38/93, com alteração dada pela Lei Complementar nº 414/22.

Fluxo Processual

A Tabela 11 demonstra o Resumo dos Processos que tramitaram na Terceira Inspeção Geral de Controle Externo – 3ª IGCE, referente aos meses de julho, agosto e setembro de 2023, detalhados por assunto, como segue:

Tabela 11 – Estoque de processos na 3ª IGCE

ASSUNTO	SALDO ANTERIOR	ABRIL		MAIO		JUNHO		SALDO ATUAL
		ENT	SAI	ENT	SAI	ENT	SAI	
Acompanhamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Inspeção	1	-	-	-	-	-	-	1
Auditoria Operacional	0	-	-	-	-	-	-	0
Levantamento	1	-	-	-	-	2	-	3
Total de Processos	2	-	-	-	-	2	-	4

Fonte: Sistema de Processo Eletrônico.

A 3ª IGCE iniciou o trimestre com **2** processos em estoque, nesse período entraram **2** processos para análise e saíram **0**, apresentando um estoque de **4** processos, conforme tabela 11.

Em razão de alteração nas competências da 3ª IGCE, decorrentes da LCE nº 414/2022, em janeiro/2023 os processos foram redistribuídos para as IGCE's em conformidade com as competências definidas e dado início a atuação voltada para avaliação de políticas públicas.

No trimestre, além da participação em diversos grupos de trabalho da Rede Integrar, Instituto Rui Barbosa e outros Tribunais de Contas, a IGCE desenvolveu as seguintes atividades:

Trabalhos em andamento

Construção do Painel de Indicadores Ambientais;

Termo de Cooperação entre CGE, TCE e Secretaria de Educação do Estado do Acre para capacitação das unidades executoras do Programa dinheiro direto na escola;

Participação na elaboração de Guia de Uso dos dados do Mapbiomas.

QUARTA INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO – 4ª IGCE

A 4ª IGCE é responsável por ações relativas à fiscalização dos atos de admissão, aposentadorias, reformas e pensões dos servidores públicos estaduais e municipais, em conformidade com a LCE nº 414/2022.

Fluxo Processual

A Tabela 12 demonstra o Resumo dos Processos que tramitaram na Quarta Inspeção Geral de Controle Externo – 4ª IGCE, referente aos meses de julho, agosto e setembro de 2023, detalhados por assunto, como segue:

Tabela 12 – Estoque de processos na 4ª IGCE

ASSUNTO	SALDO ANTERIOR	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		TOTAL		SALDO ATUAL
		ENT	SAI	ENT	SAI	ENT	SAI	ENT	SAI	
Aposentadoria - Reserva - Reforma - Pensão	3.314	12	38	0	82	459	53	471	173	3.612

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Resolução 119/20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo em duplicidade ou já julgado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Registro aposenta-pensão	48	1.249	47	3.445	45	40	1.594	4.734	1.686	3.096
Apurar responsabilidade	7	0	0	1	1	1	1	2	2	7
Consulta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncia	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Embargos de Declaração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inspeção	49	1	0	0	0	1	0	2	0	51
Representação	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Pedido de Revisão	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1
Auditoria de Conformidade	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Recurso de Reconsideração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedido de Reexame	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de Processos	3.422	1262	85	3447	128	501	1648	5210	1861	6.771

Fonte: Dados Consolidados com informações do 2º Relatório Trimestral da 4ª IGCE de 2023, Relatórios Mensais de julho e agosto de 2023 e dos Sistemas Módulo de Processo Eletrônico.

A 4ª IGCE iniciou o trimestre com **3.422** processos em estoque, nesse período entraram **5.210** processos para análise e saíram **1.861**, apresentando um estoque de **6.771** processos, conforme tabela 12.

QUINTA INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO – 5ª IGCE

A 5ª IGCE tem por competência atuação em informações estratégicas, consultas, denúncias e recursos, conforme estabelecido no art. 34, inciso V da LC nº 38/1993, com a redação dada pela LC nº 414/2022.

Demandas oriundas da Ouvidoria

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

A 5ª IGCE é demandada a se manifestar acerca de notícias de fatos irregulares encaminhados via Ouvidoria desta Corte de Contas. No trimestre de referência foram feitas as seguintes manifestações:

Tabela 13 – Manifestações da 5ª IGCE no 3º bimestre

Nº SEI	Assunto	Entrada	Saída	Encaminhamento	Documento
999999.001431/2023-71	Falta de pagamento pelo Fundo Municipal de Saúde de Plácido de Castro	22/06/2023	03/07/2023	Notificação da Prefeitura de Plácido de Castro	CI nº 39/2023
999999.002478/2023-51	Contratação de pessoal pelo Estado do Acre	06/07/2023	06/07/2023	Informado que a DAFO não pode se manifestar fora de processo	CI nº 40/2023
999999.002509/2023-74	Aplicação irregular do FUNDEB de Cruzeiro do Sul	10/07/2023	12/07/2023	Autuação de processo de inspeção	CI nº 42/2023
999999.002648/2023-06	Possíveis irregularidades no consumo de combustível na SEAGRO da PM de Rio Branco	19/07/2023	21/07/2023	Arquivamento	CI nº 46/2023
999999.002356/2023-65	Possíveis irregularidades em contrato de passagens aéreas da Prefeitura de Mâncio Lima	01/08/2023	01/08/2023	Arquivamento	CI nº 48/2023
999999.002906/2023-46	Possíveis irregularidades na contratação de funcionário público da prefeitura de Feijó	14/08/2023	15/08/2023	Notificação da CGE e do Controle Interno de Feijó	CI nº 54/2023
999999.002983/2023-04	Denúncia de possíveis irregularidades administrativas na Secretaria de Indústria, Ciência e Tecnologia - SEICT	21/08/2023	24/08/2023	Arquivamento	CI nº 57/2023
999999.002981/2023-15	Denúncia de possíveis irregularidades de gastos excessivos com despesas de diárias no Departamento Estadual de Trânsito	21/08/2023	22/08/2023	Arquivamento	CI nº 56/2023
999999.003092/2023-67	Solicitação de informação	01/09/2023	01/09/2023	Informado que desconhece posicionamento do TCE	CI nº 60/2023
999999.003268/2023-81	Solicitação de informações referente ao pagamento das notas fiscais dos serviços prestados para a Fundação Elias Mansour, através da Ata de Registro de Preços nº 16/2022.	13/09/2023	14/09/2023	Notificação da FEM	CI nº 62/2023
999999.003345/2023-01	Acúmulo de cargo na Prefeitura municipal de Bujari e na SESACRE	18/09/2023	21/09/2023	Dar ciência ao Relator	CI nº 63/2023

Fluxo Processual

A Tabela 14 demonstra o Resumo dos Processos que tramitaram na Quinta Inspeção Geral de Controle Externo – 5ª IGCE, referente aos meses de julho, agosto e setembro de 2023, detalhados por assunto, como segue:

Tabela 14 – Estoque de processos na 5ª IGCE

ASSUNTO	SALDO ANTERIOR	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		TOTAL		SALDO ATUAL
		ENT	SAI	ENT	SAI	ENT	SAI	ENT	SAI	
Auditoria	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Consulta	1	3	2	3	2	2	1	8	5	4
Denúncia	6	1	0	0	1	0	1	1	2	5
Embargos de Declaração	18	2	4	1	0	7	0	10	4	24
Inspeção	95	0	0	0	0	0	1	0	1	94
Pedido de Reexame	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedido de Revisão	6	0	1	3	1	2	3	5	5	6
Recurso de Reconsideração	19	15	9	10	15	4	10	29	34	14
Representação	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1
Tomada de Contas Especial	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
TOTAL	149	21	16	18	20	15	16	54	52	151

Fonte: Dados consolidados com informações do Sistema de Processo Eletrônico.

A 5ª IGCE iniciou o trimestre com **149** processos em estoque, nesse período entraram **54** processos para análise e saíram **52**. Do total das saídas, 50 representam a produtividade dos Auditores (Instrução Processual) e 2 são decorrentes de tramitação sem análise, apresentando um estoque de **151** processos, conforme tabela 14.

SEXTA INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO – 6ª IGCE

A Sexta Inspeção Geral de Controle Externo - 6ª IGCE, instituída pela Lei Complementar nº 414, de 1º de agosto de 2022, é responsável pela análise e instrução técnica das informações de que trata a Resolução nº 97/2015, a Papeleta de Julgamento nº 03, publicado em 01 de agosto de 2017, a Papeleta de Julgamento nº 04, publicada em 23 de novembro de 2017 e outros atos normativos relacionados à matéria.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Compete ainda à 6ª IGCE efetuar a análise e instrução técnica dos procedimentos licitatórios, dispensas e inexigibilidades de licitação, adesões à ata de registro de preços, contratos e seus respectivos aditivos, das entidades sob jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Análise de Controle Prévio

Entre julho e setembro, a 6ª IGCE analisou e monitorou efetivamente 122 procedimentos relacionados a licitações. Em decorrência dessas análises, obteve-se uma economicidade no valor de **R\$ 35.640.545,63** (diferença do preço inicialmente previsto das licitações e o revisado pela Administração em razão de análise crítica, inclusão de preço público e/ou ampliação das coletas de preços).

Demandas oriundas da Ouvidoria

A 6ª IGCE também é demandada a se manifestar acerca de notícias de fatos irregulares encaminhados via Ouvidoria desta Corte de Contas. No trimestre de referência foram feitas as seguintes manifestações:

Tabela 15 – Manifestações da 6ª IGCE

Nº SEI	Assunto	Entrada	Saída	Encaminhamento	CI OUVIDORIA Nº
999999.002405/2023-60	Denúncia na Prefeitura Municipal de Tarauacá: indícios de irregularidade na distribuição dos equipamentos originados da execução dos contratos nº 062, 064, 065, 069, 071, 073.	30/06/2023	10/07/2023	Abertura de Processo	CI nº 95/2023
999999.002418/2023-39	Denúncia na Secretaria de Estado da Saúde – SESACRE: indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico nº 095/2023, subitem 8.1.7 do Edital em face da exigência indevida de autorização para funcionamento concedida pelo Departamento da Polícia Federal, bem como Certificado de Segurança na forma da Portaria/MJ nº 1.129/95	03/07/2023	10/07/2023	Arquivamento	CI Nº 96/2023

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

999999.002494/2023-44	Denúncia na Prefeitura Municipal de Tarauacá: indícios de irregularidade na Dispensa de Licitação nº 006/2023.	07/07/2023	10/07/2023	Arquivamento	CI Nº 106/2023
999999.002499/2023-77	Denúncia no Instituto Penitenciário do Estado do Acre – IAPEN: indícios de irregularidade no Pregão Presencial nº 013/2023, dado pela empresa vencedora com preços inexequíveis.	07/07/2023	10/07/2023	Abertura de Processo	CI Nº 107/2023
999999.002511/2023-43	Denúncia realizada pela empresa ASSITENCIA MÉDICA ESPECIALIZADA LTDA – EPP (CNPJ nº 08646.162/0001-03), acerca de indícios de irregularidade no Pregão Presencial SRP nº 011/2023 no âmbito da Prefeitura Municipal de Mâncio Lima e Pregão Presencial nº 20/2023 no âmbito da Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo	10/07/2023	17/07/2023	Arquivamento	CI Nº 109/2023
999999.002528/2023-09	Denúncia acerca de indícios de irregularidade no Pregão Presencial SRP nº 056/2023 no âmbito da Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo	11/07/2023	17/07/2023	Arquivamento	CI Nº 111/2023
999999.002594/2023-71	Denúncia acerca de indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico SRP nº 5/2023 no âmbito da Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo	14/07/2023	17/07/2023	Arquivamento	CI Nº 115/2023
999999.002590/2023-92	Denúncia anônima de possíveis irregularidades na Concorrência Pública nº 003/2023 no âmbito da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Desenvolvimento – SEINFRA	17/07/2023	20/07/2023	Arquivamento	CI Nº 114/2023
999999.002632/2023-95	Denúncia realizada pela empresa W. O. PEREIRA EIRELLI relativo ao Pregão nº 17/2023 da SEHURB.	18/07/2023	20/07/2023	Arquivamento	CI Nº 116/2023
999999.002677/2023-60	Denúncia formulada pela empresa SERVIÇO INTERDISCIPLINAR DE CONTROLE DA DOR – SINDOR, relativa à Dispensa	24/07/2023	28/07/2023	Abertura de Processo	CI Nº 119/2023

	de Licitação Nº 0019.014795.00291/2023- 29 - SESACRE				
999999.002851/2023-74	Denúncia formulada pelo Senhor ALEXANDRE DE SOUSA SILVEIRA, CPF nº 073.498.823-00, representando a empresa IMPÉRIO DAS PISCINAS LTDA, CNPJ Nº 63.606.420/0001-36, acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 233/2023 realizado no âmbito da Secretaria de Estado de Educação – SEE	08/08/2023	09/08/2023	Abertura de Processo	CI Nº 130/2023
999999.002795/2023-78	Denúncia formulada pela empresa SANIGRAN LTDA. (CNPJ: 15.153.524/0001-90), na qual a denunciante alega que foi desclassificada, irregularmente, durante a fase de apresentação de propostas do Pregão Eletrônico nº 004/2023, da Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo.	01/08/2023	10/08/2023	Arquivamento	CI Nº 128/2023
999999.002878/2023-67	Denúncia formulada pela empresa F. P. MENEGASSI COM. IMP. EXP. (CNPJ: 20.384.086/0001-00), na qual a denunciante alega que foi desclassificada, irregularmente, durante a fase de apresentação de documentos, no âmbito do processo de Dispensa de Licitação Nº 001/2023, da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, do Município de Rio Branco.	10/08/2023	14/08/2023	Abertura de Processo	CI Nº 132/2023
999999.003057/2023-48	Informação anônima sobre a ocorrência de possíveis irregularidades na execução do Contrato nº 004/2023, do Instituto de Terras do Acre – ITERACRE	25/08/2023	29/08/2023	Abertura de Processo	CI Nº 141/2023
999999.002908/2023-35	Denúncia referente ao Pregão Presencial nº 160/2022 no âmbito da Secretaria de Estado de Educação	14/08/2023	05/09/2023	Arquivo	CI Nº 135/2023
99999.003176/2023-09	Denúncia que a SANEACRE (antigo DEPASA) apesar de	04/09/2023	05/09/2023	Abertura de Processo	CI Nº 150/2023

	ter sido intimado e notificado da decisão contida no processo nº 186482-14-40 (em anexo), vem reiteradamente repetindo nos editais de licitação, cláusula de direcionamento de licitações de serviços de tornearia ao exigir que a empresa possua registro no CREA/AC.				
999999.003093/2023-10	Denúncia realizada pela empresa CIRURGICA MÉDICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede e foro nesta cidade e comarca de Rio Branco, devidamente inscrita no CNPJ nº 34.484.024/0001-85, acerca de indícios de irregularidade no Pregão Presencial nº 158/2023 realizado no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA	29/08/2023	11/09/2023	Arquivo	CI Nº 143/2023
999999.003102/2023-64	Denúncia realizada pela empresa JURUÁ CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.910.286/0001-54, acerca de indícios de irregularidade na Concorrência nº 012/2023 realizado no âmbito da Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo - SEHURB	29/08/2023	11/09/2023	Abertura de Processo	CI Nº 145/2023
999999.003150/2023-52	DENÚNCIA de ocorrência de possíveis irregularidades no Pregão Presencial SRP nº 15/2023 da Prefeitura Municipal de Porto Acre	31/08/2023	11/09/2023	Abertura de Processo	CI Nº 146/2023
999999.003210.2023/37	Denúncia realizada pelo Senhor FÁBIO DE ARAÚJO FREITAS, inscrito no CPF nº 521.529.012-15, Vereador da Câmara Municipal de Rio Branco/AC, contra o Secretário Municipal de Agropecuária de Branco/AC	06/09/2023	11/09/2023	Abertura de Processo	CI Nº 151/2023
999999.003210/2023-37	Denúncia para verificar a vantajosidade do Termo de Adesão nº 07/2023, (originado da adesão à Ata de Registro de Preços nº 030/2022 pertencente à Prefeitura Municipal de Plácido de Castro), realizado no âmbito	16/09/2023	18/09/2023	Abertura de Processo	CI Nº 151/2023

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

	da Secretaria Municipal de Agropecuária de Rio Branco – SEAGRO				
999999.003225/2023-03	Denúncia anônima de possíveis irregularidades no processo do Pregão Presencial nº 031/2023 da Prefeitura municipal de Marechal Thaumaturgo.	12/09/2023	18/09/2023	Abertura de Processo	CI Nº 152/2023
999999.003223/2023-14	Indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico nº 128/2023 realizado no âmbito da Secretaria de Estado de Administração – SEAD, tendo como objeto, a contratação de operadora de telecomunicações para provimento de serviço de link de dados e serviços de segurança de rede, visando atender a OCA VIRTUAL	14/09/2023	18/09/2023	Abertura de Processo	DESPACHO DA PRESIDENCIA
999999.003265/2023-47	Manifestação do TCE para verificar a regularidade na adesão à Ata de Registro de Preços nº 065/2022 - Pregão Eletrônico (SRP) nº 124/2022, pertencente à Prefeitura Municipal de Porto Velho, pela qual culminou com o Contrato nº 2903/2023, realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Tecnologia e Inovação.	14/09/2023	18/09/2023	Abertura de Processo	DESPACHO DA PRESIDENCIA
999999.002810/2023-88	Inspeção para verificar a regularidade da celebração do Termo de Fomento nº 0014/2023/SEICT e a conformidade dos gastos públicos a ele inerente, no âmbito da Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia - SEICT	03/08/2023	04/08/2023	Abertura de Processo	DESPACHO DA PRESIDENCIA
999999.003363/2023-84	Denúncia anônima de possíveis irregularidades no processo de Dispensa de Licitação nº 020/2023 realizado no âmbito da Prefeitura Municipal de Epitaciolândia, cujo objeto consiste na locação de banheiro químicos para atendimento no período de 12 (doze) meses no valor de R\$ 27.500,00	21/09/2023	22/09/2023	Arquivo	CI Nº 158/2023

Fluxo Processual

A Tabela 16 demonstra o Resumo dos Processos que tramitaram na Sexta Inspeção Geral de Controle Externo – 6ª IGCE, referente aos meses de julho, agosto e setembro de 2023, detalhados por assunto, como segue:

Tabela 16 – Controle Processual do LICON – 6ª IGCE

ASSUNTO	SALDO ANTERIOR	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		TOTAL		SALDO ATUAL
		ENT	SAI	ENT	SAI	ENT	SAI	ENT	SAI	
Denúncia	4	3	7	4	5	7	2	14	14	4
Contratos	6	3	5	1	0	3	5	7	10	3
Representação	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1
Apurar Responsabilidade	1	1	0	2	0	1	3	4	3	1
Inspeção	7	3	1	0	1	1	1	4	3	12
Convênio	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1
TOTAL	18	10	13	8	6	13	11	31	30	22

Fonte: Dados consolidados com informações do Sistema de Processo Eletrônico.

A 6ª IGCE iniciou o trimestre com **18** processos em estoque, nesse período entraram **31** processos para análise e saíram **30**, apresentando um estoque de **22** processos, conforme tabela 16.

Considerações Finais

A Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária – DAFO iniciou o 3º trimestre de 2023 com **4.016 (quatro mil e dezesseis)** processos em estoque, ficando ao final do trimestre um estoque de **7.462** (sete mil, quatrocentos e sessenta e dois) processos distribuídos pelas Inspeções. Conforme se analisam os dados, houve um **aumento no estoque total de 85,81%** neste 3º Trimestre de 2023, ocasionado em boa medida pela entrada no período de processos para registro de aposentadoria que estavam represados na Secretaria das Sessões em períodos anteriores, os quais totalizaram 4.734 processos. E ainda, em razão da entrada do maior número das Prestações de Contas do exercício de 2022 no mês de julho.

3.7. Atividades da Diretoria de Administração e Finanças – DAF

INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta as atividades da Diretoria de Administração e Finanças (DAF) no período de julho a setembro de 2023, dirigida pela senhora Ana Cristina Ferreira de Araújo, conforme Portaria nº 001, de 02 de janeiro de 2023, publicada no Diário Eletrônico de Contas (DEC) nº 1962, de 02 de janeiro de 2023.

A Diretoria é responsável pelas funções de apoio administrativo e financeiro necessárias ao funcionamento e manutenção do Tribunal de Contas, tendo desdobramento operacional em três divisões, conforme preceitua o artigo 35, da Lei Complementar Estadual nº 38, de 27 de dezembro de 1993.

A estrutura atual da DAF engloba as seguintes divisões e seus respectivos colaboradores:

Divisão de Recursos Humanos (DRH) – Vera Mônica Lima Lopes de Araújo Bastos (Portaria nº 07/2023, de 2 de janeiro de 2023. Publicada no DEC nº 1962, de 02 de janeiro de 2023).

Divisão de Serviços Administrativos (DSA) – Haender Santos Pereira (Portaria nº 09/2023, de 2 de janeiro de 2023. Publicada no DEC nº 1962, de 02 de janeiro de 2023).

Divisão de Serviços Financeiros (DSF) – **Izabel Cristina Lessa** (Portaria nº 194/2023, de 06 de março de 2023. Publicada no DEC nº 2003, de 07 de março de 2023).

Além das três Divisões, está também ligada à DAF a Comissão Permanente de Licitação (CPL) – Djailson Firmino de Moura – Presidente, **Helder Cavalcante De Lima, Maurício Drago e Vander Magalhaes Nicácio**. (Portaria nº 34/2023 - Publicada no DEC nº 1964, de 04 de janeiro de 2023).

ATIVIDADES DA ASSESSORIA DA DAF

As atividades da Assessoria da DAF no período de julho a setembro de 2023, compreenderam:

- Gestão dos Contratos;

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

- Elaboração de Atas de Registro de Preços;
- Elaboração de Contratos e Termos Aditivos;
- Elaboração de Comunicações Internas, Ofícios, Ordens de Fornecimento e de Serviços;
- Elaboração de Acordos e Termos de Cooperação Técnica;
- Instrução de Processos de Dispensa e de Inexigibilidade;
- Instrução de Processos Licitatórios de Contratação de Bens e Serviços;
- Execução de Recursos de Emendas Parlamentares;
- Emissão de passagens aéreas e apoio aos gabinetes e setores demandantes;
- Despachos e encaminhamentos dos Processos Administrativos (SEI);
- Encaminhamento de atos administrativos do Tribunal de Contas para publicação no Diário Eletrônico de Contas;
- Encaminhamento de deliberações do Tribunal de Contas para publicação no Diário Oficial do Estado;
- Recebimento e conferência de Notas Fiscais, Faturas e boletos de fornecedores de bens e serviços;
- Validação de documentos de regularidade fiscal e trabalhista para fins de pagamento;
- Respostas às adesões as atas de registro de preços aos órgãos não participantes;
- Elaboração de relatório das atividades trimestrais;
- Cadastramento eletrônico dos processos licitatórios, dispensa e inexigibilidade, lançamento de todas as contratações para alimentação do Portal de Licitações do Tribunal de Contas (Sistema LICON), conforme orienta a Resolução TCE nº 97, de 14 de maio de 2015 (publicada no DEC nº 191, de 14 de julho de 2015 e no DOE nº 11.597, de 15 de julho de 2015);

Até o final do terceiro trimestre do exercício de 2023, o Tribunal de Contas do Acre firmou 32 (trinta e dois) contratos com o objetivo de apoiar as atividades de controle externo, bem como visando à manutenção dos serviços administrativos.

ATIVIDADES DA DRH

Apresentamos abaixo os principais resultados das atividades desenvolvidas pela Divisão de Recursos Humanos – DRH/DAF:

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

- 38 (trinta e oito) - Processos de Demandas Internas: Solicitações Administrativas;
- 135 (cento e trinta e cinco) - Processos Registrados e Arquivados;
- 01 (um) – Processo de Compra: Aquisição de Material/Serviço;
- 01 (um)- Processo: Abono de Permanência (CF/88-EC nº 41/2003 - Art. 2º, § 5º);
- 48 (quarenta e oito) - Processo de Pessoal: Férias – Solicitação, Interrupção, Alteração;
- 01 (um)- Processo de Folha de Pagamento Complementar (Exercício Anterior);
- 03 (três) – Processo de Folha de Pagamento Complementar (Exercício Atual);
- 03 (três) – Processo de Folha de Pagamento Mensal;
- 03 (três) – Processo de Pessoal: Licença para tratamento da própria saúde superior a 15 dias;
- 06 (seis) – Processo de Pessoal: Licença para tratamento da própria saúde até 15 dias;
- 01 (um)- Processo de Pessoal: Pensão por Morte de Servidor;
- 44 (quarenta e quatro) – Processo de Pessoal: Saúde – Atestado Médico;
- 25 (vinte e cinco) – Processo de Demanda Externa – Outros Órgãos Públicos;
- 01 (um) – Processos de Demanda Externa – Outras Entidades Privadas;
- 01 (um) – Processo de Licitação: Plano de Aquisições;
- 01 (um) – Processo de Licitação: Pregão Eletrônico - Registro de Preço;
- 01 (um) – Processo de Pessoal: 1/3 – Férias;
- 01 (um) – Processo de Pessoal: Alteração de Outras Informações Funcionais;
- 01 (um) – Processo de Pessoal: Aperfeiçoamento e Treinamento (Curso, Evento, Fórum, Congresso, Oficina, outros);
- 01 (um) – Processo de Pessoal: Ausência das atividades laborais;
- 01 (um) – Processo de Pessoal: Gozo de folga(s);
- 10 (dez) – Processo de Pessoal: Gozo de folga(s) do Serviço Eleitoral (TRE);
- 01 (um) – Processo de Pessoal: Licença Gestante;
- 01 (um) – Processo de Pessoal: Licença Paternidade;
- 08 (oito) – Processo de Pessoal: Licença por Doença em Pessoa da Família;
- 08 (oito) – Processo de Pessoal: Licença Prêmio por Assiduidade;
- 06 (seis) Procedimentos: encaminhamento para o pagamento de Nota Fiscal;

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

- Procedimentos: serviços relacionados aos estagiários do TCE-AC (monitoramento e controle de recesso, frequência, nova e renovação do termo de estágio, envio de informações para IEL para elaboração da folha de pagamento da bolsa e declarações para os estagiários);
- Procedimentos: Cadastro dos estagiários no Sistema Integrado de Pessoal do TCE-AC, Software Fiorilli S/C para envio de informações do E-social;
- Procedimentos: Pedidos de Margem dos servidores – emissão de declaração com informação da margem consignável;
- 36 (trinta e seis) Procedimentos: Liberação de margem para consignado no Sistema do BB;
- Procedimentos de emissão e envio de ofícios com informações funcionais de servidores à disposição do TCE-AC;
- 161 (cento e sessenta e um) – Procedimento de levantamento e elaboração de emissão de informação do DRH;
- Procedimento: Levantamento da falta de registro de ponto dos servidores do TCE-AC;
- Procedimento: Desconto de falta do servidor do TCE-AC no Sistema Integrado de Pessoal do TCE-AC, Software Fiorilli S/C;
- Atualização da Ficha de Cadastro Funcional dos servidores do TCE-AC no Sistema Integrado de Pessoal do TCE-AC, Software Fiorilli S/C;
- Procedimento de registro de Portaria no Sistema Integrado de Pessoal do TCE-AC, Software Fiorilli S/C;
- Procedimento: Para promoção, por avaliação de desempenho, dos servidores efetivos do TCE-AC aptos no período do 3º trimestre;
- Procedimento de Registro de Informações de Portaria no Sistema Portal de Controle de Ponto do servidor do TCE-AC e em pasta funcional;
- 245 – Registro de gozo de férias no Sistema Integrado de Pessoal do TCE-AC, Software Fiorilli S/C;
- Procedimentos: Relatórios – enviados ao SICAP, referentes aos meses: julho, agosto e setembro;

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

- Procedimentos: Relatórios - enviados para o e-Social, para cumprir as obrigações com os encargos;
- Encaminhamento de fotos e informações de servidor para o setor de comunicação do TCE-AC;
- Procedimento de registrar os consignados em Sistema de folha de pagamento e envio dessas informações para os bancos: Banco do Brasil; Banco da Caixa Econômica; Banco do Bradesco; Banco do Sicoob e etc;
- Procedimento de lançamento das informações de desconto em Sistema da folha de pagamento para os Associados da ASTCON e SISCONTAS;

Informamos que o Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE/AC está distribuído da seguinte forma:

Grupo Funcional/Vínculo	Quantidade
1 – Ativos	240
1.1 - Ativos Regime Próprio	214
1.1.1 - Ativos do Regime Próprio em folha	213
1.1.2 – Regime Especial	12
1.1.3 - Quadro Permanente do TCE em exercício	168
1.1.3.1 - Quadro Permanente do TCE no órgão	163
1.1.3.1.1 - Quadro Permanente do TCE no órgão (CC/FG)	55
1.1.3.2 - Quadro Permanente Cedido (Ônus para o TCE)	04
1.1.3.3 - Quadro Permanente Cedidos (Sem ônus para TCE)	01
1.1.3.4 - Quadro Permanente Afastado (com vencimento)	00
1.1.3.5 - Quadro Permanente Afastado (sem vencimento)	00
1.1.4 - Requisitados de outros órgãos	46
1.1.4.1 – Req. de outros órgãos em CC/FG (s/ônus p/origem)	07
1.1.4.2 - Req. de outros órgãos com auxílios (s/ônus p/origem)	02
1.1.4.3 - Req. de outros órgãos em CC/FG (com ônus p/origem)	23
1.1.4.4 - Req. de outros órgãos com Auxílios (com ônus p/origem)	14
1.2 Ativos do Regime Geral	26

2 - Inativos	34
3 - Pensionistas	16
Total Geral de servidores	290
Total de Servidores nas Folhas	289
Total de Servidores Presentes no TCE/AC	234

REGIME ESPECIAL

CARGOS	VAGAS PREENCHIDAS	TOTAL DAS VAGAS
Conselheiros	07	07
Conselheiro Substituto	01	02
Procuradores	04	04

ATIVIDADES DA DSA

O presente Relatório tem por finalidade demonstrar as atividades desenvolvidas na Divisão de Serviços Administrativos.

Demonstraremos a seguir os serviços e atividades realizados pelos setores administrados por essa Divisão.

PROTOCOLO

No terceiro trimestre os serviços pertinentes ao Protocolo foram exercidos de forma satisfatória, não havendo alterações em sua rotina normal de trabalho.

PATRIMÔNIO

Houve aquisições de equipamentos, os quais foram devidamente cadastrados no Sistema de Patrimônio do TCE/AC.

Houve também desfazimento de bens através de doações a vários órgãos governamentais e entidades sem fins lucrativos, tudo devidamente documentado através de Termos de Doação.

O Sistema de Patrimônio continua sendo aprimorado, trazendo maior confiabilidade e dinamismo para a gestão patrimonial deste Tribunal.

ALMOXARIFADO

Nesse terceiro trimestre de 2023 ocorreu recebimento de materiais conforme ordens de fornecimento emitidas pelo Tribunal para abastecer as necessidades do almoxarifado.

Logo após disso, ter a previsão de material necessário, conjuntamente com a DAF, para adquirir os insumos necessários.

Informamos ainda, que os serviços prestados pelos servidores responsáveis pelo almoxarifado são de excelência, respondendo à altura todos os anseios desta Corte de Contas.

VEÍCULOS

Neste período do terceiro trimestre de 2023, foram realizadas manutenções preventivas e corretivas nos veículos desta Corte de Contas, visando manter o bom funcionamento dos mesmos, para atender de forma satisfatória às demandas deste Tribunal.

Também foram realizadas 27 viagens intermunicipais e 2 viagens interestadual, atendendo às solicitações dos diversos setores desta Corte de Contas.

Além disso todas requisições de serviços envolvendo transporte e serviços na nossa Capital foram atendidas com excelência pelos motoristas desta Divisão.

FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Neste período, nos juntamos a DAF e CPL para agilizarmos os processos licitatórios alusivos à nossa área de atuação.

Informamos que os servidores lotados nesta Divisão assumem hoje a responsabilidade de fiscalização da maior parte dos Contratos (fornecedores e Prestadores de serviços) em vigor, sendo que o aceitável é de até 5 (cinco) Contratos, dependendo ainda, de seu objeto.

Sugerimos que cada Contrato (fornecedores e Prestadores de Serviços) tenha um fiscal e um suplente específico, que tenha real conhecimento da área abrangente do contrato.

MANUTENÇÃO

PREDIAL – CONSÓRCIO EAS LIDER

Contrato nº 24/2023 Composto pelas empresas TORRE ALTA CONSTRUÇÕES representada por sua sócia Sra. GIOVANA DO NASCIMENTO BAIA.

ELEVADOR – MGU ELEVADORES

Informamos que as manutenções preventivas têm ocorrido conforme previstas e as corretivas, atendidas sempre que solicitadas.

AR CONDICIONADOS - SUPER FRIO AR CONDICIONADO, PEÇAS, SERV. COM. E REP. LTDA-ME

Neste trimestre mantivemos as manutenções preventivas e corretivas em todos os setores.

Nesse trimestre houve a desinstalação e guarda dos equipamentos dos blocos que estão em reforma, ressaltando que a devida reinstalação será feita tomando os cuidados para não interferir com o telhado dos mesmos.

GRUPO GERADOR – HORIZONTE SERVICOS E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI

As manutenções preventivas e corretivas estão sendo realizadas conforme Contrato.

CENTRAL TELEFÔNICA E TELEFONES – Composto pela a Empresa PEDRO HENRIQUE MARREIRO DE AMORIM – MEI, referente ao contrato nº 40/2023 e representada pela Sra. ANTONIA NEDY MARREIRO DE MATOS.

SUBESTAÇÃO (CASA DE FORÇA)

Até o presente momento tudo sobre controle, após correções no banco de capacitores e quadro de distribuição de carga.

LIMPEZA - COOPERATIVA TROPICAL PARQUET – COOPERPARQUET.

Os serviços estão sendo executados a contento, conforme previsto em contrato.

JARDIM - JOÃO RODRIGUES AZEVEDO

Informamos que os serviços têm ocorrido conforme previsto em contrato.

ENERGIA ELÉTRICA – ENERGISA

O Fornecimento de energia praticado para 320 kW e na tarifa HORIZONTAL VERDE.

ÁGUA – SAERB

A MATRÍCULA 01032195 está ativa em campo com abastecimento e sendo medida.

LOCAÇÃO DE MOTOCICLETA COM CONDUTOR – Elo Serviços limitado.

Os serviços estão sendo executados a contento, conforme previsto em contrato.

ATIVIDADES DA DSF

A Divisão do Setor Financeiro apresenta a seguir os dados referentes à aplicação do orçamento.

- **Dotação Orçamentária e Recursos Financeiros**

O orçamento do TCE para o ano de 2023 apresentou dotação de R\$ 111.656.600,87. A despesa paga até o final do 3º trimestre foi de R\$ 69.314.807,51. Ocorrendo suplementação na Fonte 0500 no valor de R\$ 200.000,00 (Decreto 11266), na Fonte 0502 no valor de R\$ 6.422.690,58 (Decretos 11257 e 11278) e na Fonte 0201 no valor de R\$ 225.000,00 (Decreto 11234). A dotação e a distribuição dos dispêndios do Tribunal estão indicadas no quadro abaixo.

Grupo	Elemento	Orçado (R\$)	Orçado atualizado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
INVESTIMENTOS	39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.100.000,00	1.130.000,00	712.427,20	712.427,20

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Grupo	Elemento	Orçado (R\$)	Orçado atualizado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
INVESTIMENTOS	51 – Obras e Instalações	400.000,00	7.367.522,98	1.132.304,98	1.132.304,98
INVESTIMENTOS	52 – Equipamentos e Material Permanente	3.500.000,00	3.380.000,00	2.282.286,20	2.282.286,20
INVESTIMENTOS	40 – Serviços de Tecnologia da Informação	80.000,00	2.230.000,00	1.166.973,16	1.166.973,16
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	08 - Outros Benefícios Assistenciais	50.000,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14 – Diária Civil.	850.000,00	1.480.789,70	1.161.354,73	1.161.354,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30 - Material de Consumo.	700.000,00	953.187,32	488.506,56	488.506,56
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31 -Premiações Culturais, Art. Cienc. Desp. e Outras.	0,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32 - Material de Distribuição Gratuita	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33 - Passagens e Despesas com Locomoção	900.000,00	1.000.424,63	714.307,90	714.307,90
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	350.000,00	79.000,00	13.335,00	12.840,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37 - Locação de Mão-de-Obra	3.280.000,00	3.421.200,00	2.477.179,25	2.477.179,25

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Grupo	Elemento	Orçado (R\$)	Orçado atualizado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	8.494.140,57	7.525.631,15	3.058.222,96	3.054.864,53
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	41 - Contribuições	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46 – Auxílio Alimentação	4.300.000,00	8.561.000,00	6.376.483,88	6.376.483,88
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	50.000,00	15.209,40	15.209,40	15.209,40
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49 – Auxílio Transporte	1.000.000,00	1.000.000,00	861.458,48	861.458,48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92 - Despesas de Exercícios Anteriores	100.000,00	62.554,18	62.554,18	62.554,18
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93 – Indenizações e Restituições	700.000,00	700.000,00	623.246,68	623.246,68
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	01 - Aposentadorias e Reformas.	13.300.000,00	9.300.000,00	6.487.113,84	6.487.113,84
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	03 - Pensões	3.500.784,39	3.500.784,39	1.952.225,46	1.952.225,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	60.263.675,91	60.263.675,91	35.735.176,27	35.734.736,81
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13 - Obrigações Patronais	6.267.000,00	6.267.000,00	3.773.188,49	3.773.188,49

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Grupo	Elemento	Orçado (R\$)	Orçado atualizado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	92 - Despesas de Exercícios Anteriores	100.000,00	96.811,79	96.811,79	96.811,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	250.000,00	46.000,00	45.679,04	45.233,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	96 – Ressarcimento Despesas de Pessoal Requisitado	1.000,00	0,00	0,00	0,00

CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Em atendimento ao processo administrativo SEI 999999.003439/2023-71, o presente relatório tem a finalidade de demonstrar a produtividade da Comissão Permanente de Licitação do TCE/AC, composta por quatro servidores, nomeados pela Portaria nº 034/2023, sendo o servidor Djailson Firmino de Moura designado como Presidente/Pregoeiro/Agente de Contratação, responsável pela orientação e operacionalização das atividades relacionadas às contratações de bens e serviços do TCE.

Os dados contidos nas tabelas a seguir foram extraídos do SEI, contemplando as seguintes informações: PROCESSOS GERADOS NO PERÍODO; PROCESSOS COM TRAMITAÇÃO NO PERÍODO; DOCUMENTOS GERADOS NO PERÍODO; e PROCESSOS COM ANDAMENTO ABERTO NA UNIDADE AO FINAL DO PERÍODO

Destaca-se que tais informações podem ser confirmados a qualquer tempo através de pesquisa na unidade da CPL/TCE/AC no sistema SEI.

Tabela 01: PROCESSOS GERADOS NO PERÍODO				
Tipo	2023			
	Jul	Ago	Set	TOTAL
Demandas Internas: Solicitações Administrativas			1	1
Pessoal: Férias – Solicitação, Interrupção, Alteração	1			1

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

TOTAL:	1	1	2
---------------	----------	----------	----------

Tabela 02: PROCESSOS COM TRAMITAÇÃO NO PERÍODO	
Tipo	Quantidade
Compras: Aquisição de Material/Serviço	4
Demanda Externa: Outros Órgãos Públicos	2
Demandas Internas: Solicitações Administrativas	5
Licitação: Adesão a Ata de RP-Não Participante	2
Licitação: Dispensa	2
Licitação: Plano de Aquisições	2
Licitação: Pregão Eletrônico	2
Licitação: Pregão Eletrônico - Registro de Preço	6
Licitação: Pregão Presencial	1
Licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço	2
Pessoal: Curso Promovido por outra Instituição	1
Pessoal: Férias – Solicitação, Interrupção, Alteração	1
TOTAL:	30

Tabela 03: DOCUMENTOS GERADOS NO PERÍODO				
Tipo	2023			
	Jul	Ago	Set	TOTAL
Atesto de Recebimento de Serviços			1	1
Autorização da Autoridade Superior	3		5	8
Comunicado Interno	2			2
Despacho	4	7	9	20
E-mail			4	4
Edital	6	4	1	11
Estudo Técnico Preliminar da Contratação	1			1
Justificativa	1			1
Minuta de Contrato	1			1
Minuta de Edital	5	1	3	9
Ofício DAF			3	3
Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens		2	1	3
Projeto Básico			1	1
Requerimento do Servidor	1		1	2
Solicitação	7		8	15
Termo de Referência	2		3	5
TOTAL:	33	14	40	87

Tabela 04: PROCESSOS COM ANDAMENTO ABERTO NA UNIDADE AO FINAL DO PERÍODO	
Tipo	Quantidade
Compras: Aquisição de Material/Serviço	1
Demandas Internas: Solicitações Administrativas	1
Licitação: Adesão a Ata de RP-Não Participante	1

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Licitação: Plano de Aquisições	2
TOTAL:	5

Os processos relacionados nas tabelas anteriores também foram devidamente inseridos no sistema de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas do Estado do Acre – LICON.

Ademais, foram realizadas outras atividades corriqueiras e inerentes ao setor.

Este é o sucinto relatório.

3.8. Atividades da Escola de Contas

A EsCon/AC, por meio de programas, projetos e outras iniciativas, cumpre sua missão institucional de “Promover a capacitação de integrantes do TCE, dos jurisdicionados e outros segmentos sociais, objetivando a eficiente fiscalização, o aperfeiçoamento da gestão pública e o estímulo ao controle social”.

Na perspectiva da aprendizagem como um processo contínuo, as ações educacionais são direcionadas aos Membros e servidores do TCE/AC, aos jurisdicionados, aos colegiados do controle social e à sociedade, instituídos em seis programas educacionais:

Figura 1 – Ciclo de Programas e Ações educacionais da Escola de Contas.



Fonte: Elaboração dos autores.

As ações vinculadas a cada programa são planejadas, executadas e avaliadas pela Escola de Contas, e adotam, preferencialmente, os formatos de aula, palestra, curso, minicurso, encontro, seminários e oficinas.

São priorizadas capacitações que possibilitem aos integrantes do TCE/AC e seus jurisdicionados atuarem de forma mais eficiente, utilizando abordagens que promovam, além do conhecimento (saber), o desenvolvimento de habilidades (saber fazer) e atitudes (querer fazer), como também fortalecendo o controle social.

A EsCon/AC também atua no apoio à realização de diversos eventos educacionais promovidos por outras instituições, bem como contribui para a participação de servidores do TCE/AC em capacitações externas especializadas.

Embora ainda se encontre em elaboração uma proposta de estrutura organizacional para a EsCon, o planejamento e execução das ações são, atualmente, realizados por duas Coordenações, de Planejamento e de Eventos Educacionais, as quais atuam sob orientação conjunta da Coordenação Geral e da Diretoria Geral.

Coordenação de Planejamento Da Escon/Ac

É responsável pela realização de estudos acerca de temas relevantes que possam servir de subsídio para o planejamento de novas ações a serem executadas pela EsCon/AC; pela elaboração de instrumentos normativos; pela coordenação e elaboração de instrumentos de planejamento, a exemplo da sistematização das demandas internas e externas de capacitações.

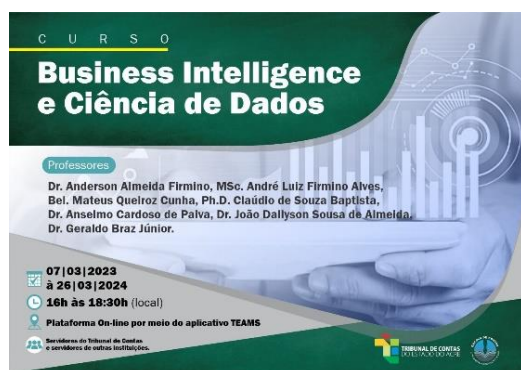
Além disso, coordena a elaboração do Plano Anual de Capacitação, de Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência para contratação de serviços de capacitação, da elaboração dos projetos e monitoramento dos indicadores e metas do Plano Estratégico do TCE/AC (2023/2026), cuja execução é de responsabilidade da EsCon/AC, de projetos e/ou planos de trabalho para captação de recursos financeiros, da revisão bienal do Projeto Político-Pedagógico (PPP), da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como atividades que estejam em sua área de competência ou que lhe forem delegadas.

Coordenação de Eventos Educacionais

É responsável pelo acompanhamento das ações do Plano Anual de Capacitação da EsCon/AC, articulando as providências de ementas e programação junto aos docentes, a elaboração dos projetos de execução dos eventos de capacitação no SEI, a implantação do cronograma de eventos educacionais, a divulgação, a mobilização do público-alvo, as medidas necessárias que garantam os recursos humanos, materiais e financeiros para viabilização das ações, a organização das informações nos sistemas tecnológicos da EsCon/AC para eventos presenciais ou *online*, incluindo cadastros, matrículas, registro de presença, distribuição de conteúdo dos docentes, avaliação de reação e certificação dos discentes.

Ações Educacionais Realizadas ou Iniciadas

As ações desenvolvidas neste trimestre são fruto de um trabalho coletivo, resultante da atuação da EsCon/AC, sob a direção da Conselheira Naluh Maria Gouveia, com o apoio e atuação integrada de várias unidades que compõe a administração do TCE/AC, consoante os seguintes objetivos:



Objetivo: O TCE-AC, sempre atento às inovações tecnológicas e com o propósito de realizar capacitação de seus servidores que possam agregar valor às atividades por estes desempenhadas, buscando eficiência e modernização no serviço público, realiza um treinamento avançado em BI e Ciência de Dados (Iniciado em março/2023 e em andamento).

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.



C U R S O

Aperfeiçoamento em Desenvolvimento Sustentável

Planejamento e Elaboração de Projetos do Setor Público

180h

Professores-Instrutores:
Aline de Souza Magalhães, Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, Bernardo P. Campolina Diniz, Gustavo Britto, João Antônio de Paula, João Bosco Moura Tonucci Filho, Marco Aurélio Crocco Afonso e Ulisses Santos

10/04 a 30/08/2023
(Conforme Programação)

Modalidade: híbrida (presencial e on-line).

Sala de Capacitação da EsCon/AC e plataformas virtuais

Gestores públicos estaduais da administração direta e indireta, servidores do Tribunal de Contas do Acre e demais interessados.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Objetivo: Desenvolver as habilidades de compreensão acerca dos problemas de desenvolvimento em suas múltiplas dimensões e a capacidade de proposição de soluções.

(Iniciado em abril/2023 e em andamento).



C U R S O

Serviços Ecosistêmicos

Desenvolvimento do Projeto MAVSE (Mapeamento, Análise e Valoração de Serviços Ecosistêmicos)

Professores:
PhD. Jose Sabatell Rodrigues Pires
Dr. Erasmo Aparecido Trencoli Matricorelli
PhD. Marcos Estevan Del Prette

17/03/2023 a 17/04/2023
Conforme Programação

Plenário e Plataforma On-line por meio do aplicativo TEAMS

Membros e servidores do Tribunal de Contas do Estado do Acre, servidores do Governo do Estado do Acre, acadêmicos, servidores das Universidades Federais e demais interessados.

INSCRIÇÕES: <http://edfornetm.susec.a.br/taocsa>

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Objetivo: **Módulo 2** - Oferecer aprendizagem ativa participativa por meio do desenvolvimento do escopo (estudo de caso), concepção e planejamento das atividades necessárias ao Projeto MAVSE: Mapeamento, Análise e Valoração de Serviços Ecosistêmicos.



C U R S O

Serviços Ecosistêmicos

Desenvolvimento do Projeto MAVSE (Mapeamento, Análise e Valoração de Serviços Ecosistêmicos)

Professores:
PhD. Jose Sabatell Rodrigues Pires
Dr. Erasmo Aparecido Trencoli Matricorelli
PhD. Marcos Estevan Del Prette

17/03/2023 a 17/04/2023
Conforme Programação

Plenário e Plataforma On-line por meio do aplicativo TEAMS

Membros e servidores do Tribunal de Contas do Estado do Acre, servidores do Governo do Estado do Acre, acadêmicos, servidores das Universidades Federais e demais interessados.

INSCRIÇÕES: <http://edfornetm.susec.a.br/taocsa>

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

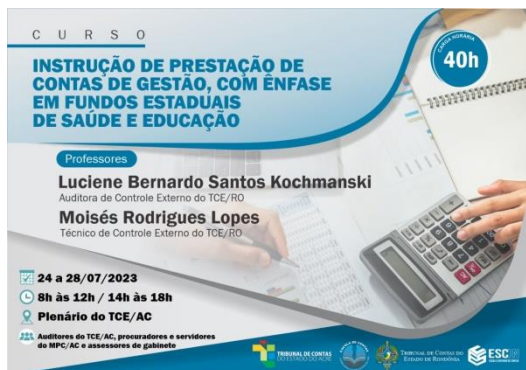
Objetivo: **Módulo 3** – Fornecer informações para a consolidação do projeto MAVSE: mapeamento, análise e valoração de serviços ecosistêmicos, aprendizagem ativa e interpretação e análise de dados.

(Iniciado em junho/2023 e em andamento).

Objetivo: Propor parecer técnico sobre as contas, em especial às relacionadas aos fundos de saúde e educação, visando subsidiar o julgamento das prestações de contas de gestão.

Realização: 24 a 28/07/2023.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.



C U R S O

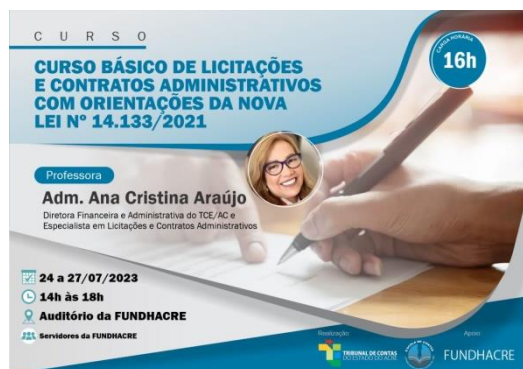
INSTRUÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO, COM ÊNFASE EM FUNDOS ESTADUAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

40h

Professores
Luciene Bernardo Santos Kochmanski
Auditora de Controle Externo do TCE/RO
Moisés Rodrigues Lopes
Técnico de Controle Externo do TCE/RO

24 a 28/07/2023
8h às 12h / 14h às 18h
Plenário do TCE/AC

Auditores do TCE/AC, procuradores e servidores do MPC/AC e assessores de gabinete



C U R S O

CURSO BÁSICO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM ORIENTAÇÕES DA NOVA LEI N° 14.133/2021

16h

Professora
Adm. Ana Cristina Araújo
Diretora Financeira e Administrativa do TCE/AC e Especialista em Licitações e Contratos Administrativos

24 a 27/07/2023
14h às 18h
Auditório da FUNDHACRE

Servidores da FUNDHACRE

Objetivo: Capacitar os servidores da FUNDHACRE quanto ao planejamento e à fase preparatória das contratações públicas, com orientações da nova lei de licitações e contratos administrativos (14.133/2021).

Realização: 24 a 27/07/2023.



RODA DE CONVERSA

COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS DO TCE/AC COM O CURSO DE ECONOMIA DA UFAC

Facilitadores:
Conselheiro **Ronald Polanco**,
Gustavo Maia, diretor da DAFO e
Roney Caldera, Auditor de Controle Externo

Data e horário
10/08/2023 (quinta-feira),
19h às 21h

Local
Curso de Economia da UFAC

Alunos do curso de Economia da UFAC

Objetivo: Compartilhar a experiência como Auditor de Controle Externo quanto aos principais aspectos relacionados à estrutura do Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE/AC e sua área técnica.

Realização: 10/08/2023.



O Objetivo geral do projeto TCE Itinerante, componente do Programa Aprimora Gestão, é apresentar práticas fundamentadas para a melhoria dos atos da gestão pública, bem como a aplicação e operacionalização de normas, procedimentos e sistemas do Tribunal, da correta instrução e tramitação de processos, e a maior efetividade da gestão dos recursos públicos.

A realização do Programa justifica-se em razão da necessidade de capacitação dos jurisdicionados de todos os Municípios acreanos por meio dos Encontros Técnicos, consoante o seguinte cronograma de execução:

Tabela 1: Cronograma dos Encontros Técnicos realizados no terceiro trimestre/23

AGOSTO		
Datas do evento	Regional	Municípios
16 e 17/08/2023	Baixo Acre I	Rio Branco (sede), Bujari, e Porto Acre
22 e 23/08/2023	Purus	Sena Madureira (sede), Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus
SETEMBRO		
Datas do evento	Regional	Municípios
12 e 13/09/2023	Juruá	Cruzeiro do Sul (sede), Mâncio Lima, Mal. Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves
26 e 27/09/2023	Alto Acre	Brasileia (sede), Epitaciolândia, Assis Brasil e Xapuri

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.



A edição 2023 do TCE Itinerante teve início através da solenidade de abertura do programa, que apresenta a Palestra “Aprimorando a Gestão Pública através de uma liderança humanizada e comunicação empática: Uma visão pela Liderança Afetiva” ministrada pela Comunicóloga Vanessa Igami.

Para melhor efetividade do programa, na edição 2023, o formato de execução foi alterado para a realização de oficinas, cada uma com seus objetivos específicos, consoante segue:



Oficina 1: Descomplicando a Prestação de Contas.
Objetivo: Orientar os jurisdicionados quanto a identificação e correção das principais irregularidades mapeadas pela análise, e disseminar conhecimentos sobre as normas e formas de prestação de contas.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.



PROGRAMA APRI-MORA GESTÃO
TCE ITINERANTE

OFICINA

A Nova Lei de Licitações e os Impactos nas Compras Públicas

16/08/2023 – 13h30 às 17h30
17/08/2023 – 8h00 às 12h00
13h30 às 17h30

Sala de Treinamento II – Terceiro do FIEAC

225 Gestores, assessores das Câmaras de Vereadores e Membros de secretarias municipais de Rio Branco, Rujari e Porto Acre

Adm. Ana Cristina de Araújo
Auditora de Controle Externo – TCE/AC

Ana Caroline Cabral
Auditora de Controle Externo – TCE/AC

Maria Letícia da S. Lima
Auditora de Controle Externo – TCE/AC

REALIZAÇÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

APOIO: PM/AC, SENAC, FIEAC, INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

Oficina 2: A Nova Lei de Licitações e os Impactos nas Compras Públicas.

Objetivo: Capacitar os profissionais ligados direta ou indiretamente a área de compras, licitações e contratos, fortalecendo no exercício de suas atribuições, buscando as melhores práticas, em consonância com a observância aos princípios e normas legais, verificando formas de aperfeiçoar os procedimentos usuais e praticá-los.



PROGRAMA APRI-MORA GESTÃO
TCE ITINERANTE

OFICINA

Como Planejar e Executar Políticas Públicas

16/08/2023 – 13h30 às 17h30
17/08/2023 – 8h00 às 12h00
13h30 às 17h30

Sala de vídeo do SEBRAE/AC

225 Gestores, assessores das Câmaras de Vereadores e Membros de secretarias municipais de Rio Branco, Rujari e Porto Acre

Jeanine Medeiros
Auditora de Controle Externo – TCE/AC

REALIZAÇÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

APOIO: PM/AC, SENAC, FIEAC, INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

Oficina 3: Como planejar e executar Políticas Públicas.

Objetivo: Capacitar servidores públicos e gestores, desenvolvendo competências que permitam identificar, formular, discutir, elaborar, analisar, selecionar, implementar e executar políticas públicas no âmbito dos órgãos municipais e estadual.



PROGRAMA APRI-MORA GESTÃO
TCE ITINERANTE

OFICINA

O Papel dos Conselhos no Controle dos Gastos do FUNDEB

22/08/2023 – 13h30 às 17h30
23/08/2023 – 8h00 às 12h00
13h30 às 17h30

Auditoria da Escola Meias Rodrigues - Bairro da Pista - Serra Madureira - AC

225 Membros titulares e suplentes dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social - CACS FUNDEB municipal

Kelly Christine Gouveia
Auditora de Controle Externo – TCE/AC

Valdeci Duarte
Auditor de Controle Externo – TCE/AC

REALIZAÇÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

APOIO: PM/AC, SENAC, FIEAC, INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

Oficina 4: O papel dos Conselhos no controle dos gastos do FUNDEB.

Objetivo: Disseminar conhecimentos sobre as normas de aplicação dos recursos do FUNDEB e orientar sobre o papel dos CACS FUNDEB e fortalecendo sua atuação dos municípios acreanos.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Em todas as suas etapas o programa é executado mediante a seguinte programação:

Tabela 2 - Programação Geral do Programa Aprimora Gestão

Atividade	Público - alvo
Solenidade de Abertura	Dirigentes e servidores de instituições públicas, membros de colegiados do controle social e sociedade em geral.
Oficina 1: <i>Como Planejar e Executar Políticas Públicas</i>	Gestores e técnicos que atuam na elaboração de planos, programas e projetos e/ou execução de políticas públicas.
Oficina 2: <i>A Nova Lei de Licitações e os Impactos nas Compras Públicas</i>	Gestores e técnicos atuam nos setores de licitações e contratos administrativos: na fase interna, instrução de processos de licitações, dispensas, inexigibilidades e adesões, elaboração de ETP, TR, pesquisa de preço, assessores jurídicos, gestores e fiscais de contratos, controle interno e assessoria jurídica.
Oficina 3: <i>Descomplicando a Prestação de Contas</i>	Gestores e técnicos que atuam nos setores de finanças, contabilidade, gestão patrimonial, controle interno e assessoria jurídica.
Oficina 4: <i>O Papel dos Conselheiros no Controle dos Gastos do FUNDEB</i>	Conselheiros dos CACS FUNDEB.

Das capacitações concluídas no 3º Trimestre/23, foram realizados **22 (vinte e dois) eventos**, totalizando **carga horária de 300 horas-aulas e 1.113 participantes certificados**.

INDICADORES E METAS DAS AÇÕES

O presente relatório abrange as capacitações ao público interno e externo ao Tribunal, incluindo a realização ou participação em cursos, oficinas, seminários, palestras, congressos, encontros e visitas técnicas, entre outras atividades e/ou eventos. Destacam-se alguns indicadores e suas metas anuais.

Tabela 3 – Indicadores e metas do Plano Estratégico do TCE/AC – 2023/2026

Indicador	Meta Anual	Cumprimento até 3º Trim 2023
Número de servidores do TCE/AC certificados pela EsCon	50	426*

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Número de carga horária de capacitações ofertada aos servidores do TCE/AC	180h/a	177h/a
Número de servidores do quadro de jurisdicionados certificados	500	1.276
Número de ações educacionais envolvendo a sociedade em geral	6	7
Número de membros de conselhos de direitos e de políticas públicas certificados	100	126

Fonte: EsCon/AC

* Contabilizado por certificado.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS

A EsCon/AC mantém, atualmente, parcerias institucionais com o Ministério Público de Contas (MPC/AC), Ministério Público do Estado do Acre (MPE/AC), Procuradoria Geral do Estado (PGE/AC), Governo do Estado, Prefeituras, Universidade Federal do Acre (UFAC), Conselhos Profissionais, dentre outras instituições, parcerias estas que são estabelecidas de acordo com o objetivo e público-alvo de cada ação educacional, envolvendo as unidades do TCE/AC.



CRCAC
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ACRE

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO:

Curso prático de análise de Balanços, Demonstrativos Fiscais, análise de integridade e conformidade das Demonstrações.

23 E 24 DE AGOSTO 08h as 12h e 13h as 17h - carga horária: 16h

Palestrante
João Scaramelli

Contador, professor e empresário contábil com especialização em Gestão de Cidades através do MBA em Administração Pública. Foi multiplicador da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, autor e coautor de treinamentos sobre Contabilidade Aplicada ao Setor Público com ênfase na Qualidade Contábil e Fiscal no Sicooff, além de professor titular do curso de pós-graduação em Contabilidade Aplicada ao Setor Público da FISCAP. Possui ampla experiência como consultor e gerente de Sistemas Únicos e Integrados de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, transparência pública e inteligência gerencial.

Local: AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA PÚBLICA (ao lado do CSB) - centro
Investimento: 2kg de alimento não perecível

Realização: **CASP**

Neste trimestre, o Conselho Regional de Contabilidade do Acre, em colaboração com a EsCon/AC do TCE/AC, promoveu o “Curso prático de análise de Balanços, Demonstrativos Fiscais, análise de integridade e conformidade das Demonstrações”, nos dias 23 e 24 de agosto, que contou com a participação de uma Servidora do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

OUTRAS ATIVIDADES

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Além das capacitações acima relacionadas, outras atividades foram desenvolvidas pela EsCon/AC, neste segundo trimestre de 2023, dentre as quais destacamos:

Tabela 4 – Outras atividades desenvolvidas

Atividade	Descrição
Elaboração dos Planos de Trabalho das Emendas Parlamentares	Processo Sei n. 999999.000248/2023-58 - Senador Sérgio Petecão. Processo Sei n. 999999.000432/2023-06 – Dep. Léo Brito.
Destinação de Acervo da Biblioteca da EsCon\AC	Processo Sei n. 999999.002419/2023-83
Reuniões de alinhamento com os professores contratados	Reunião de alinhamento com o Dr. Frederico, professor e coordenador do Cedeplar, para ajuste no cronograma do curso “Aperfeiçoamento em Desenvolvimento Sustentável e Elaboração de Projetos”, como também alguns ajustes de conteúdo das disciplinas.
Reuniões de Mobilização para os Encontros Técnicos nos Municípios acreanos	Compartilhamentos de informações da abertura e oficinas do Programa Aprimora Gestão com líderes municipais, representantes de entidades e envolvidos no projeto.

Fonte: EsCon/AC

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DAS REUNIÕES DE MOBILIZAÇÃO



Reunião com Assessoria Cerimonial e de Comunicação;



Reunião com Prefeitos de Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Porto Walter;

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.



**Reunião com Instrutores das Oficinas-
Aprimora Gestão;**



**Alinhamento com Prefeito de
Epitaciolândia;**



**Reunião com Secretário de Finanças e
equipe/Prefeitura de Rio Branco;**



**Reunião com a Prefeita, Vice-prefeito e
Assessores da Prefeitura do Senador
Guiomard;**



**Reunião com Prefeita de Brasiléia e
Prefeito de Manoel Urbano;**



**Reunião com Prefeitos, de Capixaba e
Santa Rosa do Purus e suas equipes;**



**Reunião com Prefeito, Secretários,
Veredores e Conselheiros CACS FUNDEB
em Manoel Urbano;**



Reunião com Prefeitura de Tarauacá;

**Reunião com Prefeitura de Sena
Madureira;**



Reunião com membros do CACS FUNDEB;



**Reunião com Prefeitura de Cruzeiro do
Sul;**



**Prefeitura Mâncio Lima, Câmara
Municipal e CACS FUNDEB;**



Reunião na Câmara de Xapuri;



Reunião em Senador Guiomard;



Reunião na Prefeitura de Acrelândia;



Reunião de Brasília.

ANEXO A – QUADRO DE AÇÕES EXECUTADAS E FINALIZADOS NO 3º TRIM 2023

1 - Eventos de Curta Duração (até 40 horas)							
Nº	EVENTO	TÍTULO	PROFESSORES/FACILITADORES/DOCENTES	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	PÚBLICO-ALVO	TOTAL DE CAPACITADOS
01	Curso	Instrução de prestação de contas de gestão, com ênfase em Fundos Estaduais de Saúde e Educação. Local: Rio Branco	* ACE Luciene Bernardo Santos Kochmanski * Moisés Rodrigues Lopes (Técnico de Controle Externo)	40h	24 a 28 de julho de 2023	Público Interno (Servidores)	21
02	Curso	Curso Básico de Licitações e Contratos Administrativos 2023 Local: Rio Branco	*ACE Ana Cristina Ferreira De Araújo (Diretora da DAF)	16h	24 a 27 de julho de 2023	Público Externo (FUNDHACRE)	56
03	Outros	Roda de Conversa "Compartilhando Experiências do TCE/AC com o Curso de Economia da UFAC". Local: Rio Branco	*ACE Luiz Gustavo Maia Guilherme (Diretor da DAFO) *ACE Roney Wellington Da Silva Caldera	02h	10 de agosto de 2023	Público Externo (Economia-UFAC)	33

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

04	Oficina	A Nova Lei de Licitações e os Impactos nas Compras Públicas - Rio Branco, Bujari e Porto Acre Local: Rio Branco	*ACE Ana Cristina Ferreira De Araújo (Diretora da DAF) *ACE Ana Caroliny Silva Afonso Cabral *ACE Maria Leticia Da Silva Lima (Chefe da 6ª Inspeção)	12h	16 a 17 de agosto de 2023	Público Externo (Jurisdicionados)	31
05	Oficina	Descomplicando a Prestação de Contas - Rio Branco, Bujari e Porto Acre Local: Rio Branco	*ACE Luiz Gustavo Maia Guilherme (Diretor da DAFO) *ACE Roney Wellington Da Silva Caldera	12h	16 a 17 de agosto de 2023	Público Externo (Jurisdicionados)	30
06	Oficina	Como Planejar e Executar Políticas Públicas - Rio Branco, Bujari e Porto Acre Local: Rio Branco	*ACE Jeanine Lykawka Medeiros	12h	16 a 17 de agosto de 2023	Público Externo (Jurisdicionados)	22
07	Oficina	A Nova Lei de Licitações e os Impactos nas Compras Públicas Local: Sena Madureira	*ACE Ana Cristina Ferreira De Araújo (Diretora da DAF) *ACE Ana Caroliny Silva Afonso Cabral *ACE Maria Leticia Da Silva Lima (Chefe da 6ª Inspeção)	12h	22 a 23 de agosto de 2023	Público Externo (Jurisdicionados)	28
08	Oficina	Descomplicando a Prestação de Contas Local: Sena Madureira	*ACE Luiz Gustavo Maia Guilherme (Diretor da DAFO) *ACE Roney Wellington Da Silva Caldera	12h	22 a 23 de agosto de 2023	Público Externo (Jurisdicionados)	16

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

09	Oficina	Como Planejar e Executar Políticas Públicas Local: Sena Madureira	*ACE Jeanine Lykawka Medeiros	12h	22 a 23 de agosto de 2023	Público Externo (Jurisdicionados)	24
10	Oficina	O Papel dos Conselheiros no Controle dos Gastos do FUNDEB Local: Sena Madureira	*ACE Kelly Christine Fontenele Gouveia *ACE Mirla De Oliveira Lopes De Holanda E Souza	12h	22 a 23 de agosto de 2023	Conselheiros dos CACS FUNDEB.	22
11	Palestra	Abertura do evento "Aprimora Gestão" - Projeto: "TCE Itinerante 2023" Local: Rio Branco	* Vanessa Vogliotti Igami (Comunicóloga)	03h	16 de agosto de 2023	Gestores dos Municípios do Estado do Acre	81
12	Palestra	Abertura do evento "Aprimora Gestão" - Projeto: "TCE Itinerante 2023" Local: Sena Madureira - Acre	* Vanessa Vogliotti Igami (Comunicóloga)	03h	22 de agosto de 2023	Gestores dos Municípios do Estado do Acre	88
13	Palestra	Abertura do evento "Aprimora Gestão" - Projeto: "TCE Itinerante 2023" Local: Cruzeiro do Sul	* Vanessa Vogliotti Igami (Comunicóloga)	03h	12 de setembro de 2023	Gestores dos Municípios do Estado do Acre	100

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

14	Oficina	O Papel dos Conselheiros no Controle dos Gastos do FUNDEB Local: Cruzeiro do Sul	* ACE Kelly Christine Fontenele Gouveia * ACE Valdeci Ricardo Duarte * ACE Mirla De Oliveira Lopes De Holanda E Souza	12h	12 a 13 de setembro de 2023	Conselheiros dos CACS FUNDEB.	23
15	Oficina	A Nova Lei de Licitações e os Impactos nas Compras Públicas Local: Cruzeiro do Sul	* ACE Ana Cristina Ferreira De Araújo (Diretora da DAF) * ACE Ana Caroliny Silva Afonso Cabral * ACE Maria Leticia Da Silva Lima (Chefe da 6ª Inspeção)	12h	12 a 13 de setembro de 2023	Público Externo (Jurisdicionados)	44
16	Oficina	Como Planejar e Executar Políticas Públicas Local: Cruzeiro do Sul	* ACE Jeanine Lykawka Medeiros	12h	12 a 13 de setembro de 2023	Público Externo (Jurisdicionados)	26
17	Oficina	Descomplicando a Prestação de Contas Local: Cruzeiro do Sul	* ACE Luiz Gustavo Maia Guilherme (Diretor da DAFO) * ACE Roney Wellington Da Silva Caldera	12h	12 a 13 de setembro de 2023	Público Externo (Jurisdicionados)	35
18	Palestra	Abertura do evento "Aprimora Gestão" - Projeto: "TCE Itinerante 2023". Local: Brasília	* Vanessa Vogliotti Igami (Comunicóloga)	03h	26 de setembro de 2023	Gestores dos Municípios do Estado do Acre	213

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

19	Oficina	O Papel dos Conselheiros no Controle dos Gastos do FUNDEB Local: Brasília	* ACE Kelly Christine Fontenele Gouveia * ACE Valdeci Ricardo Duarte * ACE Mirla De Oliveira Lopes De Holanda E Souza	12h	26 a 27 de setembro de 2023	Conselheiros dos CACS FUNDEB.	31
20	Oficina	A Nova Lei de Licitações e os Impactos nas Compras Públicas Local: Brasília	* ACE Ana Cristina Ferreira De Araújo (Diretora da DAF) * ACE Ana Carolyn Silva Afonso Cabral * ACE Maria Leticia Da Silva Lima (Chefe da 6ª Inspeção)	12h	26 a 27 de setembro de 2023	Público Externo (Jurisdicionados)	53
21	Oficina	Descomplicando a Prestação de Contas Local: Brasília	* ACE Luiz Gustavo Maia Guilherme (Diretor da DAFO) * ACE Roney Wellington Da Silva Caldera	12h	26 a 27 de setembro de 2023	Público Externo (Jurisdicionados)	31
22	Oficina	Como Planejar e Executar Políticas Públicas Local: Brasília	* ACE Jeanine Lykawka Medeiros	12h	26 a 27 de setembro de 2023	Público Externo (Jurisdicionados)	53
23	Curso	Desenvolvimento do Projeto MAVSE: Mapeamento, Análise e Valoração de Serviços Ecosistêmicos	* Dr. José Salatiel Rodrigues Pires; * Dr. Eraldo Aparecido Trondoli Matricardi; * Dr. Marcos Estevan Del Prette.	50h	17 de março a 22 de maio de 2023	Público Interno (Servidores)	26
TOTAL DE CAPACITADOS							1.113

ANEXO B – QUADRO DE AÇÕES EM ANDAMENTO NO 3º TRIM 2023

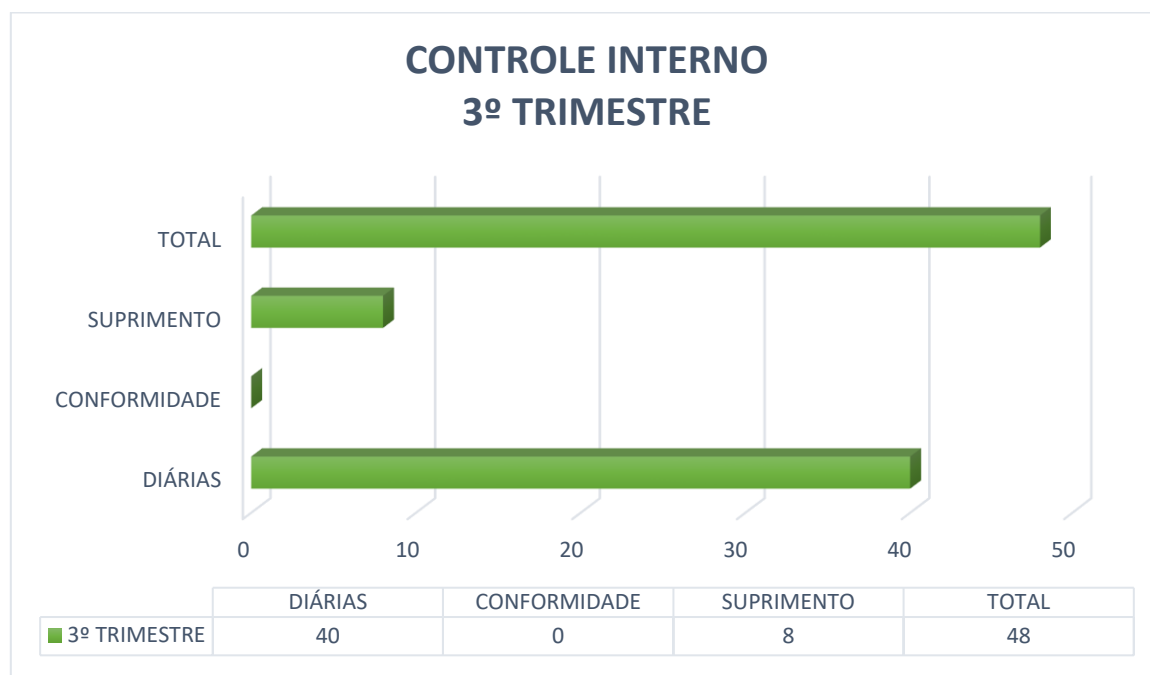
2 - Cursos de Educação Continuada (EM ANDAMENTO).		
NOME DO CURSO	Carga Horária Total	Número de Vagas
Business <i>Intelligence</i> e Ciência de Dados	240h	60
Aperfeiçoamento em Desenvolvimento Sustentável, Planejamento e Elaboração de Projetos do Setor Público	180h	50
Serviços Ecológicos – Módulo 3	49h	60

3.9. Atividades do Controle Interno

A unidade de Controle Interno do Tribunal de Contas foi criada pela Resolução TCE/AC nº 71, de 10 de maio de 2012. Através da Portaria nº 15, de 02 de janeiro de 2023, foi nomeada a Sra. Lucivete Almada Barbosa Leite Lima, Auditora de Controle Externo desta Corte de Contas, matrícula nº 588, para exercer o Cargo em Comissão de Controladora Interna, CC/FG-03.

O Controle Interno desenvolveu de forma institucional, ao longo do 3º trimestre de 2023 diversos processos e ações, sendo emitidos pareceres que versavam sobre Diárias, Suprimentos de Fundos, Pregões Presenciais e Eletrônicos, Dispensas e Inexigibilidades, Comunicações Internas, resolução de questionário enviado pelo Instituto Rui Barbosa – IRB, bem como a confecção do Relatório de Atividades do 2º trimestre de 2023.

O gráfico a seguir demonstra o fluxo de pareceres produzidos:



No terceiro trimestre de 2023, o Controle Interno por meio de ação coordenada pela Atricon, realizou o levantamento nacional da transparência pública em seu próprio portal de transparência e dos seus jurisdicionados. Isso ocorreu por meio da verificação do adequado cumprimento da transparência ativa, isto é, aquela por meio da qual se disponibilizam dados de forma espontânea, sem demanda, das informações exigidas nos diversos instrumentos

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivando a sociedade ao exercício do controle social.

normativos de amplitude nacional, em especial na LRF e na LAI, os dados obtidos serão divulgados pela ATRICON no CNTC, nesta Corte de Contas os dados foram encaminhados à Presidência, juntamente com sugestões de aprimoramento a serem implementadas.

No aludido período o Controle Interno iniciou os trabalhos referentes ao Projeto InterAgir 2023, coordenado pela ATRICON, que tem o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão local, com o aumento da efetividade das ações de controle externo, o fortalecimento do sistema de controle interno dos Municípios brasileiros e o monitoramento da arrecadação de receitas e da execução das despesas, por meio da disponibilização tempestiva de informações qualificadas, assim sendo, foi disponibilizado às Câmaras Municipais e Prefeituras do Estado do Acre, um questionário eletrônico com o propósito de enviar informações sobre a estrutura e o funcionamento dos sistemas de controle interno.

Além dos processos que são acompanhados diariamente pelo Controle Interno deste Tribunal ao passo que lhes são atribuídos e competem de sua atenção, atuou na resolução de demandas da Presidência, atuou também na criação de novo fluxo processual (2791/2023-90).

O Controle Interno participou do "Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias dos Tribunais de Contas (ENCCO - 2023)", em Natal-RN (Processo SEI nº 2982/2023-51), onde cooperou na elaboração e aprovação da Carta Compromisso, com o objetivo de promover o intercâmbio de boas práticas, o aprimoramento e o fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Tribunais de Contas.



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

www.tceac.tc.br

Av. Ceará, 2994, 7º BEC - Rio Branco-Acre - CEP 69.918-111
Telefones: (68) 3025-2032 / 3025-2039